INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

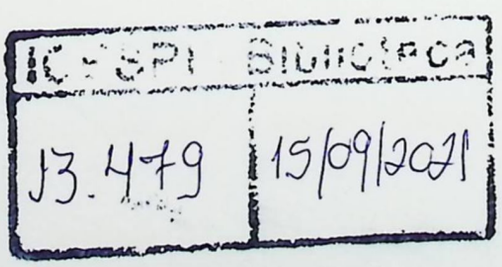
CURSO EM LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

TCC - Filosofia
ICESPI - Trabalho monografico

Antônio Diêgo das Chagas Silva

OS FUNDAMENTOS DO ESTADO CIVIL NA OBRA *SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO* DE JOHN LOCKE

Cod. 6009
C 100
S 586f



Teresina

2015

ANTÔNIO DIÊGO DAS CHAGAS SILVA

OS FUNDAMENTOS DO ESTADO CIVIL NA OBRA *SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO* DE JOHN LOCKE

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura Plena em Filosofia, no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

Teresina

2015

SILVA, Antônio Diêgo das Chagas.
Os fundamentos do Estado Civil na obra *Segundo Tratado sobre o Governo* de John Locke / Antônio Diêgo das Chagas Silva – Teresina – PI, 2015. 51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI, Curso de Licenciatura em Filosofia, 2015.
Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

1. Filosofia 2. Estado de Natureza. 3. Contrato Social. I. Título – Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI.

CDD 100

ANTÔNIO DIÊGO DAS CHAGAS SILVA

OS FUNDAMENTOS DO ESTADO CIVIL NA OBRA *"SEGUNDO TRATADO SOBRE O GOVERNO"* DE JOHN LOCKE

Monografia apresentado como requisito parcial para a obtenção do titulo de Licenciatura Plena em Filosofia, no Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana

Aprovada em ____/_____/_____

Banca examinadora

_____

Prof. Dr. Pe. Wellistony Carvalho Viana (ICESPI) - Orientador

_____

Prof. Dr. Gerson Albuquerque de Araújo Neto (UFPI) - Examinador

_____

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior (UFPI) - Examinador

Aos meus pais – Edimilson e Vilani – irmãs - Thays e Edyanne - parentes; amigos; colegas seminaristas; companheiros de turma e todos os que acreditaram e rezaram por mim. Bem como a todos os estudiosos da filosofia e da política.

Fico grato ao Deus de Misericórdia, por intercessão de sua mãe, Maria Santíssima, por concede-me graças e tranquilidade na condução deste trabalho. Agradeço em particular ao meu arcebispo, dom Jacinto Brito, por acreditar em mim; a professora Ana Beatriz, que na sua sabedoria, me auxiliou nesta produção; aos padres formadores do seminário, como também os padres da pastoral e aqueles que rezam por mim; aos seminaristas Igor Etevan, Welson Barbosa, Claúdio Santana, Estevão Prondi e Arlan Martins, na ajuda da correção; aos demais seminaristas, e aos colegas desta minha turma maravilhosa; a minha família, amigos e parentes; enfim, a minha Paróquia de São Francisco de Assis e todos os que acreditam em mim.

"A política é expressão da nossa insuprível necessidade de vivermos juntos, em unidade, para podermos construir unidos, o bem comum maior: uma comunidade que sacrifique os interesses particulares para poder partilhar, na justiça e na paz, os seus benefícios, os seus interesses e a sua vida social".

Papa Francisco

RESUMO

Nos debates referentes ao Estado, no ambiente da filosofia política, comumente emerge a discussão acerca do contratualismo moderno. O presente trabalho dissertativo monográfico pretende uma abordagem dessa temática a partir do pensamento do filósofo inglês John Locke. O objetivo é investigar os fundamentos do estado civil na sua obra *Segundo Tratado sobre o Governo*. Em vista disso, apresenta-se a definição do conceito de estado de natureza, mediante o qual se vive pela lei natural que prescreve os direitos essenciais ao homem, tendo a propriedade como o principal deles. Elucida-se uma compreensão do contrato social como pacto firmado para sair do estado natural e ingressar no estado civil, mediante o consentimento pessoal, a fim de evitar o estado de guerra. Com isso, explicita-se a organização do estado civil, em sua estrutura política e os poderes constituídos, assim como, o direito de resistência do povo ao governo arbitrário. Utilizando-se de pesquisas bibliográficas, pretendeu-se apresentar uma compreensão de sociedade política que visa ao aperfeiçoamento do estado de natureza.

Palavras-chave: John Locke; estado de natureza; contrato social; estado civil; propriedade privada.

RÉSUMÉ

Lors des discussions relatives à l'État, dans l'ambiance de la philosophie politique, communément émerge la discussion à propos de la contractualisation moderne. Le présent travail monographique envisage ce thème dans la pensée du philosophe anglais John Locke. L'objectif c'est étudier les fondements de l'état civil dans son ouvre *Le Second Traité sur le gouvernement*. Dans cette perspective, on présente la notion d'état de la nature, dont se vit la loi naturelle que prescrivent les droits comme essentiels à l'homme, en prenant la propriété comme son sujet principal. On élucide la compréhension du contrat social comme le pacte signé pour quitter l'état naturel et se joindre à l'état civil, par le consentement personnel afin d'éviter l'état de guerre. Avec cella, on explicite l'organisation de l'état civil, en sa structure politique et les pouvoirs constitués ainsi comme, le droit à la résistance du peuple à l'un gouvernement arbitraire. Par les recherches bibliographiques, on a essayé de présenter une compréhension de société politique qui prétend améliorer l'état de nature.

Mots – clés: John Locke; état de nature; contrat social; l'état civil; la propriété privée.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **10**

2 O ESTADO DE NATUREZA E SUA IMPLICAÇÕES **12**

2.1 A definição do Estado Natureza **13**

2.2 A Lei Natural **18**

2.3 Os Direitos Naturais e a Propriedade **20**

3 O CONTRATO SOCIAL **24**

3.1 Estado de Guerra **24**

3.2 A Natureza da Sociedade Política **28**

3.3 O Consentimento **31**

4 A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CIVIL **35**

4.1 A Estrutura do Estado civil **35**

4.1.1 Formas de governo 36

4.1.2 A Soberania Popular 38

4.2 Os Poderes Constituídos **39**

4.2.1 O Poder Legislativo 40

4.2.2 O Poder Executivo 42

4.2.3 O Poder Federativo 43

4.3 O Direito de Resistência **44**

5 CONCLUSÃO **47**

REFERÊNCIAS **50**

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma abordagem da filosofia política no que diz respeito ao pensamento do filósofo inglês John Locke sobre o estado liberal. O percurso da pesquisa baseia-se na apresentação e discussão dos conceitos elaborados pelo pensador para fundamentar o estado civil na obra *Segundo Tratado sobre o Governo*.

A compreensão de sociedade política, segundo Locke, é atual na medida em que oferece as contribuições para se entender a democracia, na qual se estabelece a soberania do poder político ao povo e um Estado a serviço dos direitos fundamentais, em especial a propriedade. Desta forma, o pensador inglês se opõe aos defensores da monarquia absolutista de sua época e, ao mesmo tempo, favorece a burguesia. Na sua obra encontram-se os princípios nos quais se funda o liberalismo político, predominantes nos dias atuais.

A motivação para esta temática é o interesse no aprofundamento do conhecimento político em relação às bases da sociedade política na qual o governo trabalha com interesses ligados aos fatores econômicos. O pensamento de Locke ajuda esta pesquisa, uma vez que apresenta a necessidade de um Estado para defesa dos direitos naturais, com foco principal na propriedade privada. John Locke é considerado o pai da corrente do liberalismo primitivo, influenciador da revolução francesa e da independência de muitas colônias na América. Com ele são retomadas as ideias que originam a democracia, instalando uma sociedade a partir da soberania do povo. Por isso, a escolha desse tema pode contribuir no estudo do liberalismo político, uma vez que retoma a sua origem e apresenta as condições para sua existência, como da democracia.

Com isso, a finalidade ao tratar do assunto é investigar os fundamentos do estado civil a partir da obra *Segundo Tratado sobre o Governo* e com ela alcançar os seguintes objetivos específicos: apresentar o contexto histórico da obra trabalhada; definir o estado de natureza como estágio pré-político, no qual existe uma lei natural prevendo os direitos naturais, sendo a propriedade o principal deles; compreender o contrato social como meio para a superação das incertezas do estado natural e passagem desse mesmo estado para a sociedade política; e, por fim, explicar a organização do estado civil, com a criação dos três poderes constituídos, bem como o direito de resistência.

O método adotado foi pesquisa bibliográfica em livros, artigos e dissertações de mestrado, consultados em bibliotecas e na internet. Além da obra central da pesquisa, foi utilizado o livro *Ensaio sobre a lei natural*, bem como livros e artigos de seus principais

comentadores e biógrafos, entre eles, filósofos e cientistas políticos como Peter Laslett, Norberto Bobbio, John Dunn, Macpherson, Edgar Jorge Filho, Nodari e Rolf Kuntz.

A estrutura de desenvolvimento deste trabalho encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se o contexto histórico da época de Locke, bem como um resumo dos principais fatos de sua vida. Depois aborda-se o conceito de estado de natureza, o qual se define pela existência de uma lei natural que prevê em seu conteúdo os direitos fundamentais do homem, tendo no centro a propriedade. Passando para o segundo capítulo, se faz uma explanação da definição e das consequências do estado de guerra, como possibilidade e incerteza do estado de natureza, tendo como solução para esta inconveniência a formação da sociedade política, cuja natureza e condição de existência são esclarecidas pelo pacto de consentimento. Tendo percorrido o caminho até chegar ao estado civil, o terceiro capítulo apresenta a organização política da sociedade com uma estrutura derivada de uma forma de governo e a participação política constituída por três poderes políticos, chamados legislativo, executivo e federativo. Analisa-se ainda o direito dos membros da sociedade de resistência ao Estado.

Assim, ao adentrar no conteúdo abordado, o leitor poderá entrar em contato com os principais conceitos usados por Locke para construção do estado civil. Verificar-se-á a crítica ao absolutismo e a oposição a ele com a formação do Estado democrático no qual o poder supremo é concentrado nas mãos do povo. De tal forma que conhecer o Estado democrático, conforme propõe Locke, significa conhecer os princípios originários do liberalismo político.

2 O ESTADO DE NATUREZA E SUA IMPLICAÇÕES

O estudo de John Locke não pode ser separado do contexto histórico de sua época. O momento pelo qual passava a Inglaterra, seu país, teve grande influência tanto na sua filosofia política como nos demais campos de estudo, como a epistemologia e as ciências naturais. Por isso, antes mesmo de conhecer os conceitos que deram sustentação aos fundamentos do Estado Civil apresentados no *Segundo Tratado sobre o Governo*, livro que aqui será trabalhado, faz-se necessário apresentar as condições que originaram tal obra e a motivação que subsidiou Locke na construção do seu pensamento político. Pois qualquer superação de ambiguidade presente no *Segundo Tratado*, embora possa ser feita uma análise dos conceitos e argumentos usados, diante de sua peculiaridade, somente acontecerá levando em conta os recursos do contexto histórico (SOUSA, 2011). Diante disso, cabe apresentar de forma resumida aquilo que foi a história de Locke e sua participação na vida política da Inglaterra, uma vez que tudo isso influenciou os seus escritos.

John Locke viveu na Inglaterra em pleno século XVII, marcado pela divergência entre a Coroa e o Parlamento, controlados respectivamente, pela dinastia Stuart e pela burguesia (MELO, 1995). Em 1640, o confronto entre esses dois poderes envolve uma guerra civil, resultando na vitória do parlamento e na morte do rei Carlos I. Neste novo momento, apesar da Inglaterra passar a ser uma potência naval, entra em profunda crise política e para evitar outra guerra é restaurada a dinastia dos Stuart em 1660, com Carlos II. Em 1687, quando o sucessor de Carlos II, o seu irmão Jaime II, comete uma série de abusos de poder, uma nova crise surge tendo como consequência uma batalha entre a Coroa e o parlamento. Nesta batalha, a Coroa passa a enfrentar um parlamento que defendia os direitos da burguesia e estava sob a liderança de Guilherme de Orange, chefe da Holanda e genro do rei inglês, na qual termina sendo derrotada. Assim, Guilherme recebe a Coroa inglesa em 1688, no mesmo período em que é aprovada a Carta dos Direitos, garantindo supremacia ao parlamento.

A vida deste filósofo foi marcada por todos esses acontecimentos políticos. Nascido em agosto de 1632, era filho de puritanos e o pai tinha sido integrante das forças do parlamento durante a guerra de 1640. Estudou primeiramente em Westminster School, e depois em Oxford, onde se dedica às novas ciências e se forma em medicina. Em 1666 torna-se o médico e amigo do conde de Shaftesbury, que era forte opositor de Carlos II e chefe do partido liberal, exercendo forte influência política na formação de Locke. Dentre as suas viagens, a mais marcante é para a França em 1675, onde possui bons contatos com estudiosos (MILTON, 2011). No ano de 1681, Shaftesbury é acusado de conspiração contra o rei e por

isso se exila na Holanda, morrendo dois anos depois. Indiciado de envolvimento na conspiração contra o rei, devido à amizade com o conde, Locke vai para o exílio na Holanda, em 1683, e somente retorna depois da vitória de Guilherme de Orange sobre Jaime II. Locke morre em 1704.

As obras publicadas por ele são várias, mas as que merecem destaque são: *Ensaios sobre o Entendimento Humano*; *Cartas acerca da tolerância*; *Alguns pensamentos sobre Educação*; *A razoabilidade do Cristianismo*; *Ensaios sobre a lei natural*; *Primeira e Segunda Vindicação*; *Considerações Adicionais acerca do aumento do valor do dinheiro*; e outras. Merece atenção o *Primeiro e o Segundo Tratados sobre o Governo*, que foram escritos não somente para sustentar o novo governo inglês, mas criticar a monarquia. Por isso, essas duas obras estão no contexto da Revolução Gloriosa, como argumenta Lasllet (1998, p. 67), grande comentador da biografia de Locke:

> O escrito de Locke justificou, de fato, a Gloriosa Revolução (...) de 1688, se é que se pode empregar tal expressão em absoluto. Parte do texto foi sem dúvida escrito em 1689, visando aplicar-se à situação corrente, e seu autor deve ter tido a intenção de que o conjunto da obra fosse lido como comentário acerca de tais acontecimentos.

Se Locke queria que o *Primeiro e o Segundo Tratado sobre o Governo* fossem lidos como comentários da Revolução Gloriosa, então ele assume uma postura política de defesa de alguns princípios que beneficiam algum lado da mesma, já que em toda revolução existe divisão de interesses e ideias. Locke apresenta, portanto, especificamente no *Segundo Tratado*, a defesa de um estado livre e capaz de garantir os direitos dos proprietários, contrariando as ideias da monarquia inglesa que existia antes da Revolução Gloriosa e fundamentando os interesses da burguesia. Entretanto, para elaborar essa defesa necessitava afirmar que a propriedade existia antes do surgimento do Estado.

Para tanto, elabora os conceitos de estado de natureza, lei natural, direitos naturais e propriedade. Isto para defender que, o estado de natureza existira antes da formação do Estado, e nele havia uma lei natural assegurando direitos aos homens, sendo o principal deles a propriedade. Resta detalhar cada um destes conceitos para melhor entendimento do pensamento lockiano.

2.1 A definição do Estado Natureza

É na exposição sobre o estado de natureza que John Locke dá início à ordem de argumentação para discutir a natureza e os limites do poder político como objetivo do

Segundo Tratado. Por isso, logo no início do capítulo II, ele define o estado de natureza como "um estado de perfeita liberdade para ordenar-lhes as ações e regular-lhe as posses e as pessoas tal como acharem conveniente, dentro dos limites da lei da natureza, sem pedir permissão ou depender da vontade de qualquer um homem" (LOCKE, 1978, p. 35).

Este estado natural se caracteriza como um estágio pré-social e pré-político, tendo como peculiar a perfeita liberdade (NODARI, 1991), para observar aquilo que é anterior à sociedade, como afirma Dunn (2003, p. 33):

> O estado de natureza é a condição na qual Deus põe todos os homens do mundo, anteriormente às vidas que eles levam e as sociedades que são moldadas por esse modo de viver. O que visa mostrar não é como os homens são, mas que direitos e deveres eles possuem como criaturas de Deus.

Desta forma, já se percebe qual é a finalidade de Locke ao fazer uso do estado de natureza: encontrar os deveres e os direitos garantidos a todos através de normas que vão além de acordos e que são inseridos em qualquer sociedade.

No entanto, o estado natural não é algo inaugurado por Locke e pela filosofia política. Ele fora utilizado pelos filósofos modernos que trataram de política, como é o caso de Thomas Hobbes e Robert Filmer, com a finalidade de saber aquilo que é próprio do homem, da sua condição natural, tendo como consequência, o fundamento e a base moral da política adotada em cada sociedade. Tanto Hobbes como Filmer são criticados por Locke na maneira de verem o estado natural, já que defendiam a monarquia. Destaca-se que Filmer é citado no *Primeiro* e no *Segundo Tratado sobre o Governo*.

Para Hobbes esse estado "consiste pela ausência de leis e pela insegurança, em que os homens têm por guia os seus próprios interesses e os seus apetites" (SOUSA, 2011, p. 33). Seria o mesmo que o estado de guerra, de constante violência e insegurança, no qual os homens não possuem poder para governar a si. Kuntz (2013) caracteriza o estado de natureza para Hobbes em três pontos: a vulnerabilidade sendo igual à violência; a expectativa de êxito no alcance de desejos individuais; e a insaciabilidade dos apetites; assim, com a existência de tal realidade, apenas a presença de um poder comum permitiria controlar, restringir e contabilizar essas inconveniências.

A partir de tais ideias, Hobbes adquire os elementos para argumentar a favor da monarquia, haja vista que a realização de um pacto seria a saída deste estado de natureza ou de guerra, com "base no qual cada um dos indivíduos que compõem uma multidão cede o direito de autogovernar-se, que possui no estado de natureza, a um terceiro (seja uma pessoa ou uma assembleia), contanto que os outros façam o mesmo" (BOBBIO, 1994, p. 66). Essa

seria a base natural dada para fundamentar a monarquia, já que este terceiro teria o poder absoluto sobre todos os que fizessem esse pacto ou contrato.

É claro que Locke querendo criar uma forma de governo para contrapor a monarquia, escreve primeiro uma apreciação dos argumentos que favorecem a mesma, mostrando as falhas e contradições, como se encontra no *Primeiro Tratado* na crítica a Filmer. Depois Locke cria os argumentos que favorecem a tese do liberalismo, com o uso dos mesmos termos usados por Hobbes, mas com definições diferentes, como se observa no *Segundo Tratado*. Com isso, ele apresenta, como Hobbes, o estado de natureza como uma forma de "eliminar a autoridade política, o poder de legislar positivamente, o controle da força e o tribunal comum" (KUNTZ, 2013, p. 4), para expor a condição humana natural. Tanto "no pensamento de Locke, assim como no de Hobbes, a descoberta do natural se faz pela redução da ideia de homem a um mínimo inteligível" (KUNTZ, 2013, p. 4). Contudo, o uso do termo estado de natureza é bem diferente, tendo em vista que para Locke o homem é guiado na perfeita liberdade, na igualdade e no uso de suas posses, enquanto para Hobbes o homem é guiado por seus desejos, apetites e temores. Na visão de Macpherson (1979), a grande diferença é justamente de Locke achar, diferente de Hobbes, que os homens são capazes de impor normas a si mesmo.

O estado de natureza, como quer Locke, é um momento de mais perfeita liberdade e igualdade, governado pela lei da natureza, em que os indivíduos se encontram em condições de paz, boa vontade, ajuda mútua e a preservação (YOLTON, 1996). Para Jorge Filho (1992, p. 141) a exposição desse conceito demonstra duas determinações:

> É uma condição de liberdade natural para se ordenar as ações, posses e pessoas dentro dos limites da lei de natureza, independente de qualquer vontade terrena superior; é também uma condição de igualdade entre as pessoas, onde é recíproco todo poder e jurisdição.

Todos fazem uso da sua liberdade para agir, para possuir aquilo que é lhe dado e para fazer uso da razão, mas essa liberdade é exercida dentro dos limites da mesma razão ou lei da natureza, concedida a todos. Também neste estágio, todos são iguais, pois fazem uso daquilo que é dado a todos, possuem o mesmo poder, direitos e deveres, e são ordenados com a mesma razão, sob a mesma lei natural. Portanto, "a obrigação perante a lei da natureza exclui o direito à liberdade absoluta, incondicional, ou, antes, à licenciosidade" (JORGE FILHO, 1992, p. 141).

Sendo um estado de liberdade e igualdade usufruído por todos para que se guarde a paz e se conserve a humanidade, todos devem fazer uso da lei natural, que impede aos homens violarem os direitos uns dos outros. Conforme Locke (1978, p. 36), "a razão, que é essa lei, ensina a todos os homens que tão-só a consultem, sendo todos iguais e independentes, que nenhum deles deve prejudicar outrem na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses". Por isso, se cada um compartilha da mesma natureza que os outros, quando usa da razão sabe até que ponto possui liberdade e posse das coisas, não destruindo os outros e não se sentindo superior aos mesmos. Daí que se faz necessário o surgimento de uma lei que vai além da existência e que está na condição natural, pois garante o direito à vida, à liberdade e aos bens. Como bem diz Sousa (2011, p. 25):

> São a observância e o respeito à razão, portanto, que conferem aos homens a perspectiva de sua independência e igualdade em relação aos demais seres humanos, impondo a norma segundo a qual nenhum homem pode lesar outro homem em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens.

Aqui nascem as perspectivas de direitos e deveres garantidos pela lei da natureza, pois, se de um lado, todos possuem o direito à vida, à liberdade e aos bens necessários à sua sobrevivência, por outro lado, todos possuem o dever de se amarem mutuamente e preservar a humanidade, ou melhor, de garantir os direitos a todos. A lei da natureza é, desta maneira, a mantenedora da "paz e a preservação da humanidade" (LOCKE, 1978, p. 36). Locke funda neste estágio, com a lei da natureza, a moral de todas as relações sociais (TADIÉ, 2005), que guia a vida e as ações humanas como sendo corretas ou erradas. Por conseguinte, "a violação da lei da natureza representa, portanto, uma declaração de rompimento com os princípios da natureza humana, à qual está vinculado, em geral, um dano causado a outra pessoa" (SOUSA, 2011, p. 26).

Se uma pessoa deixa de fazer uso da lei da natureza, ou melhor, da razão, abandona aquilo que é próprio dos homens, tornando-se como animal. Por isso, pode ser punido como animal, de acordo com a transgressão. E a punição da infração é descrita por Jorge Filho (1992, p. 141) da seguinte forma: "ora, como toda lei seria vã na ausência de qualquer sanção, capaz de induzir à sua obediência, a lei de natureza impera através de duas sanções: a celeste e a terrena". Isto, porque a lei natural ou razão foi dada por Deus aos homens na criação e por isso cada um responderá diante Dele sobre suas ações. Depois, cada indivíduo torna-se neste estado juiz da lei, executor da mesma, que também pune os que não a cumprirem, e consequentemente, perdendo a sua dignidade humana. Portanto, "assim como o crime pode

ser definido no quadro da vida natural, e não só no mundo da norma positiva, a punição existe, em sentido próprio, no estado de natureza" (KUNTZ, 2013, p. 7).

Considerando o que foi dito, o indivíduo tem o poder e o direito de punir quem cometeu crime contra ele, com a finalidade de restringir e ao mesmo tempo prevenir de ofensas futuras a humanidade. Caso o criminoso continue sem sanção, ele pode muito bem sentir-se ileso e voltar a cometer outras ações que fogem do uso da razão, pois este age, nas palavras de Locke (1978, p. 36), "segundo a cólera apaixonada ou a extravagância da própria vontade". E aqui volta a ideia de que um homem poderá violar a lei natural, mas estará declarando possuir uma vida que não é baseada na razão, tornando-se perigoso para os outros e digno de ser punido (TADIÉ, 2005). A legitimidade da sanção é assegurada pela ofensa da lei, pois a razão mostra não somente a lei, mas também os meios de ser observada.

Sendo assim, de acordo com Locke, o assassinato não seria errado para um homem que quisesse dar aos outros o modelo das consequências da violação da lei. Como também seria uma forma de impedir os ataques de quem violou a lei matando. Para tratar tal questão, Locke, no final do terceiro capítulo do *Segundo Tratado*, utiliza como exemplo o caso de Caim, retirado das Sagradas Escrituras. Caim está convencido que qualquer um pode destruí-lo, como forma de punição por ter matado seu irmão (LOCKE, 1978). Neste caso não seria outra coisa senão a aplicação da lei natural que se pode observar no estado de natureza.

Depois de fazer a definição do estado de natureza, Locke procura confirmar a existência deste estágio, apresentando outro exemplo: os governos dos Estados independentes, que não têm convenção, citando o intercâmbio feito entre um suíço e um índio na América. Mesmo assim, segundo Nodari (1991), tanto Locke como outros autores utilizam o estado de natureza como conceito, para explicar a origem e as características específicas do poder político e da sociedade civil, embora tenha dado exemplos históricos para condiciona-lo como necessário na formação da sociedade civil. Desta forma, Locke partilha com Hobbes e outros pensadores ditos jus-naturalistas o uso do conceito de estado natural, e com os contruatualistas, quando apresentar o contrato como a única forma de sair deste estado de natureza e passar para um estado civil, com a qual existe a sociedade organizada.

Portanto, cabe ressaltar a importância desse conceito para se discutir o estado civil como resume Locke (1978, p. 35): "para bem compreender o poder político e derivá-lo de sua origem, devemos considerar, em que estado todos os homens se acham naturalmente". Pois o estado civil, como depois se perceberá, surge a partir do estado de natureza, que por sua vez é baseado na lei natural. Sabendo que a lei natural garante direitos e deveres, entre eles, a posse

da propriedade, e para sua melhor preservação e garantia, deve-se passar o poder de executa-la a um poder político, através do consentimento de todos.

Desta forma, o estado de natureza é um estágio anterior ao político, em que o homem se encontra em mais perfeita liberdade e igualdade, segundo o uso da razão, do qual conhece uma lei que garante direito à vida, e aos bens, além da sua preservação. Mas, antes de entrar nos argumentos do consentimento e da sociedade civil, é preciso entender melhor o que afirma Locke sobre a lei natural e os direitos naturais fundamentais, como é o caso da propriedade, que são as bases desse estado de natureza.

2.2 A Lei Natural

O termo estado de natureza assim como é conceituado por Locke centraliza sua definição na lei natural, isto é, nas normas que garantem a conservação da humanidade. De acordo com Nodari (1991, p. 118) "a lei da natureza se constitui no importante pilar de sustentação da moral e da política lockianas". Daí que se não houver conhecimento da mesma, também não é possível falar com segurança sobre estado de natureza. Contudo, o estudo que é feito por Locke sobre essa lei natural se encontra especialmente na sua obra intitulada *Ensaios sobre a Lei da Natureza*, que trata especialmente sobre a origem e a forma de aplicação das normas ditas naturais, apesar de fazer referência à mesma também no *Segundo Tratado*.

A interpretação feita tanto no *Segundo Tratado* como nos *Ensaios sobre a Lei Natural* de que a lei natural é igual à razão, pode resultar em um erro, pois seria pensar em uma verdade já inscrita na mente do homem, ou melhor, que seria uma ideia inata. Nada mais inapropriado do haja vista que Locke elaborou a mais extensa crítica ao inatismo, teoria defendida por Descartes. A compreensão de razão como é feita por Locke não significa que a razão tenha aqui sentido de faculdade de raciocinar, mas sentido de razão reta, necessária a todo homem para fazer escolhas e agir (YOLTON, 1996). A razão não é vista, neste contexto, como faculdade de conhecer, que levaria, caso fosse igual à lei natural, a uma ideia inata, mas é vista como principio de ação. Assim, a razão corresponde certos princípios de ação definidos dos quais decorrem todas as virtudes e tudo que é necessário para a adequada conformação da moral (KUNTZ, 2013). Por isso a lei da natureza pode ser comparada com a razão, já que são as normas que baseiam as atitudes humanas.

Contudo, para Locke o homem é na sua natureza racional, sendo que uma ação conforme a natureza seria a mesma coisa que uma ação conforma a razão, e esta razão faria

13.479 15/09/2021

uso da lei natural. De tal maneira que, quando se transgride a lei da natureza, como o nome da lei indica, transgride-se a própria natureza de homem. Como bem explica Nodari (1991, p. 119), "reconhecer a lei da natureza é vir a fazer uso da razão, isto é, a lei da natureza é a lei que Deus requer dos homens para que ajam de acordo consigo". Resumindo, quer dizer que agir como homem supõe fazer uso da razão, e quando se faz uso da razão segue-se uma lei própria do homem.

Nos *Ensaios sobre a Lei Natural* fica claro que o homem ao verificar e reconhecer a lei da natureza usa a razão, e por isso essa lei é a lei que Deus dá aos homens para que vivam de acordo com Ele. Aqui se encontra a origem dessa lei, que é o próprio Deus, que ordena as criaturas humanas segundo a razão para conhecer essa lei e do mesmo modo voltar-se para Ele. "Pois não há lei sem legislador" (MULLER, 2005, p. 99). Desse modo, a lei natural é, para Locke, o decreto divino que pode ser percebido por todos os homens pela luz da natureza e interpretado pela razão (SOUSA, 2001).

A utilização de Deus, por parte de Locke, tem como função fundamentar a obrigação, pois é a "consciência desta obrigação, e não o temor, que fundamenta a obediência política" (KUNTZ, 2013, p. 12). Percebe-se que essa fundamentação é feita com a finalidade de dar base a sua tese de governo e de criticar o mero temor que é próprio da submissão política. Deus aparece, portanto, como elemento fundante não só da lei natural, mas também da lei positiva. Apesar de que no *Segundo Tratado* a obediência à lei da natureza é realizada em nome da humanidade, não se descartar a função teleológica, como explica Nodari (1991, p. 120):

> Então, o dever do homem é de observar a lei da natureza e realizar os fins de sua natureza dotada de razão e, como a liberdade da espécie humana está inscrita na ordem teleológica do mundo, a tarefa do homem é de trabalhar para a sua realização. Para Locke, a lei da natureza forma verdadeiramente a lei própria da natureza humana enquanto é racional.

A obediência à lei da natureza é fruto do uso da razão, tal como a liberdade está na ordem da criação. Isto também significa que o homem é livre enquanto segue essa lei, pois faz uso da razão. "A liberdade do homem está em decidir suas ações e dispor seus bens como julgar conveniente, segundo a obrigação da lei da natureza, ou seja, da lei da razão" (NODARI, 1991, p. 120). Por conseguinte, há uma relação entre liberdade e a obediência. "Pois a liberdade está fundada no fato de que o homem possui razão, que o instrui sobre esta lei pela qual ele está na obrigação de se governar (...). O homem é obrigado, porque é livre e é livre, porque é obrigado" (NODARI, 1991, p. 121). Ou seja, pela obrigação consciente dessa

lei, originam-se todos os deveres e direitos guardados pela sociedade, especialmente a liberdade. Como bem afirma Bobbio (1998), a lei positiva somente é verdadeira enquanto é fundada na lei da natureza, isto devido à obediência à lei natural ser uma consequência da liberdade para agir de acordo com a natureza.

Desta forma, a lei natural são regras de conduta dadas aos homens, por Deus, no estado de natureza e conhecidas pela razão, que asseguram usufruir da liberdade e igualdade através da garantia de direitos invioláveis, como é o caso da propriedade. Essa argumentação mostra mais uma vez a necessidade de uma lei natural para o estado de natureza, como quer Locke, e a necessidade de compreendê-la para analisar os conceitos de direitos naturais e a propriedade, como se segue.

2.3 Os Direitos Naturais e a Propriedade

A defesa da lei da natureza traz consigo a garantia de agir conforme ela prescreve, porque fugir dela significa transgredir a própria natureza, já que "Locke propõe a preservação da humanidade como o conteúdo da lei natural fundamental, que deve ser perseguida por todos os homens" (SOUSA, 2011, p. 56). Observa-se o limite da lei da natureza, como já foi dito, sendo o direito à vida, a liberdade e aos bens. Assim, esses limites, ao mesmo tempo em que apresentam o conteúdo da lei como sendo a preservação da humanidade, se referem aos direitos que estão para o homem como naturais, visto que se encontram no centro da lei que ordena o estado natural. Como descreve Nodari (1991, p. 121):

> Os direitos naturais são direitos conferidos aos homens pela lei da natureza. Assim, à luz da reflexão (...) acerca da lei da natureza, direitos, em Locke, devem ser entendidos, no seu sentido objetivo, enquanto qualificam algo como justo, e, no seu sentido subjetivo, enquanto designam um direito.

Esses direitos entendidos tanto no sentido subjetivo como objetivo dispõem o homem para agir de acordo com eles, como prescreve a lei. Entre os direitos estão o de punir; de castigar os transgressores; procurar reparação e o básico, que é o de autopreservação, que requer a preservação da vida e do próprio ser, a paz e preservação de toda a humanidade; e a propriedade (NODARI, 1991). A propriedade é o direito de maior atenção, que dispõe e assegura a preservação da humanidade, conteúdo da lei. O significado deste termo, assim como é para Locke, é explicado por Jorge Filho (1992, p. 77):

> O termo "propriedade" tem, em Locke, dois significados mais explícitos. O primeiro, mais amplo, é a ideia de direito em geral, ou a soma dos direitos à vida, a

> liberdade, e aos bens materiais. O segundo, mais estrito, se reduz ao direito aos bens materiais.

A propriedade, no sentido amplo, é aquilo que o homem possui como seu e, em sentido restrito, é somente aquilo que se adquire para a sustentação da vida. É a partir desse conceito que Locke sustenta toda a sua teoria política. Por isso, coloca-a em um estado de natureza e garantido por uma lei que a razão não nega. "O grande e principal fim, portanto, de se unirem os homens em comunidade, e de se colocarem sob governo, é a preservação de sua propriedade" (LOCKE, 1978, p. 82). E segundo Macpherson (1979, p. 209):

> É desta proposta, repetida com muitas variações por todo o *Segundo Tratado*, que é retirada a maioria das conclusões de Locke sobre os poderes e limitações da sociedade e do governo civis. E essa proposta exige, claramente, o postulado de que os homens têm direito natural à propriedade, um direito que antecede a existência da sociedade e do governo civis, ou que destes independe.

O significado desse conceito para Locke difere de Hobbes, que também fizera uso dele em seus argumentos a favor da monarquia. Uma vez que, para Locke, a propriedade existia anteriormente à sociedade, ou seja, no estado de natureza, e por isso não pode ser violada; para Hobbes, a propriedade não existiria no estado de natureza e seria instituída pelo Estado após a formação da sociedade civil, tendo como consequência, o poder do Estado de suprimir a propriedade dos súditos (MELO, 1995).

O capítulo V do *Segundo Tratado* é dedicado à propriedade, especialmente no sentido estrito dos bens materiais. Ele começa reafirmando a contestação feita no *Primeiro Tratado* a Filmer, a quem ele dedica parte de suas críticas em toda essa obra. Contestação de que poderia haver um direito de propriedade na presunção de que Deus deu toda a terra a Adão e seus herdeiros em sucessão, excluindo o restante da posteridade (DUNN, 2003). Pois, para Locke, Deus deu a criação aos homens em partilha, e não somente para Adão, sendo que a humanidade herda a terra em comum (TADIÉ, 2005). Seria dizer que tudo o que se encontra no mundo foi dado aos homens em igual para que dela desfrutassem de acordo com as suas necessidades, já que para ele Deus concedeu "a terra e tudo quanto ela contem ao homem para sustento e conforto da existência" (LOCKE, 1978, p. 45). Essa afirmação é muito importante no conceito de propriedade.

Resta, portanto, saber como Locke apresentou a passagem da propriedade comum, aquilo que é dado a toda a humanidade, para a propriedade privada, quando os bens comuns a todos são garantidos para o uso pessoal. De modo que, a abordagem feita dessa passagem deu fundamento ao liberalismo político (DUNN, 2003). Como se encontra no *Segundo Tratado*:

> Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. O trabalho do seu corpo e a obra das suas mãos, pode dizer-se são propriamente dele. (...) nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros. (LOCKE, 1978, p. 45-46)

O trabalho é a base para a apropriação do que é comum, porque sendo o homem proprietário de si e tendo direito a tudo que é dado em comum, pode buscar com seu esforço bens para a sua sobrevivência. "Embora as coisas da natureza sejam dadas em comum, ao homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua pessoa e ações de seu trabalho, tem em si a justificação principal da propriedade" (BOBBIO, 1998). Isto permite que tudo o que for conseguido pelo seu corpo seja sua propriedade. E essa condição humana, que exige o trabalho, introduziu a propriedade privada (LOCKE, 1978), pois embora as coisas da natureza sejam dadas em comum, o homem, sendo senhor de si mesmo e proprietário de sua pessoa e ações de seu trabalho, tem em si a justificação principal da propriedade (BOBBIO, 1998).

No entanto, apesar de Locke (1978, p. 49) afirmar que quem "toma posse da terra pelo trabalho não diminui, mas aumenta as reservas comuns da humanidade", já que é o trabalho que "atribui a maior parte de valor à terra, sem o qual dificilmente valeria alguma coisa" (LOCKE, 1978, p. 51), essa apropriação possui algumas limitações. Isto, porque não se deve juntar para estragar, pois ao "tomar parte maior do que lhe cabe", o homem traria "prejuízo de terceiros" (LOCKE, 1978, p. 52). Assim, resume-se em três os limites da apropriação: a primeira afirma que os bens apropriados devem ter limites em quantidade para que garanta também aos demais; o segundo afirma que não se deve estragar os bens, por isso convém apropriar-se somente do que for para uso; e o terceiro e último diz que somente deve ser apropriado o que foi adquirido pelo trabalho. Desse modo, conforme Macpherson (1979, p. 213) "qualquer homem tem direito de se apropriar somente de um tanto que deixe bastante e tão bom para os outros, tanto quanto possa utilizar os produtos, e tanto a quanto tenha misturado seu trabalho".

Para a superação desses limites, Locke (1978) apresenta a troca de algo apropriado pelo trabalho por um objeto que dure toda a vida, o dinheiro. Por conseguinte, não invadiria os direitos de terceiros. Desse modo, torna-se possível a um indivíduo, na visão dele, com justiça, possuir mais de que pode usar, uma vez que se pode acumular, sem causar prejuízo a ninguém, o valor excedente que sua propriedade produz, na forma de ouro e prata (DUNN, 2003). Desta forma, o surgimento do dinheiro, não somente resolve o problema do desperdício, mas possibilita, como descreve Nodari (1991), a troca de coisas úteis; a criação

do comércio; a acumulação da riqueza e a distribuição desigual. Se o dinheiro permite, por exemplo, o desenvolvimento do comércio, que se trata de frutificar a terra e não deixar abandonada, este contribui para o bem comum, objetivo da lei natural. As implicações do dinheiro são colocadas por Macpherson (1979, p. 215) dessa maneira:

> E ainda é contrário à lei natural apropriar uma quantidade, das quais, qualquer dos produtos (ou seus lucros por troca) se estraguem antes de serem consumidos. Mas agora, que é possível trocar qualquer quantidade de produtos por capital ativo, que nunca deteriora, não é injusto nem insensato acumular qualquer quantidade de terra, de modo a fazê-la produzir um excedente que possa ser convertido em dinheiro e usado em capital.

Como dito nesta colocação, é interessante observar que a justificativa dada à introdução do dinheiro e o fim da limitação da propriedade aparece como sendo um direito natural. Pois a mesma lei que garante a propriedade natural dispõe sobre o consentimento para o uso do dinheiro, que não é o consentimento que leva os homens a criarem a sociedade, mas o que possibilita a eles "tornarem praticável, semelhante partilha em desigualdade de posses particulares, fora dos limites da sociedade e sem precisar de pacto", como afirma Locke (1978, p. 53). Portanto, "a troca monetária não depende da autoridade política, e a desigualdade econômica, consequência da troca monetária, não depende, para sua legitimação, da lei civil de uma sociedade particular" (DUNN, 2003, p. 58). Por isso, embora "nos governos, as leis regulam o direito de propriedade" (LOCKE, 1978, p. 53), elas não devem ser de qualquer modo, mas segundo a finalidade e o propósito dos governos de existirem, de conservar a propriedade.

O primeiro propósito e principal estímulo para falar da propriedade, como direito a bens materiais, foi negar o direito do rei de fazer o que quisesse com a posse de seus súditos (DUNN, 2003) e, ao mesmo tempo, defender o comércio, estimulando a livre troca de mercadorias. A finalidade de Locke ao falar desse conceito é oferecer as bases à sua tese do *Segundo Tratado*, do qual define a propriedade como um direito natural assegurado pela lei da natureza, que somente é encontrada em um estágio anterior à sociedade, chamado estado de natureza.

Para concluir este capítulo, ressalta-se o estado de natureza como um estágio anterior ao político no qual as pessoas vivem em liberdade e igualdade segundo uma lei natural que prescreve deveres e direitos, sendo a propriedade o centro de todos eles. Com isso, é possível entrar nos conceitos dos próximos capítulos para fundamentar o estado civil, pois se verificou a condição natural do homem.

3 O CONTRATO SOCIAL

Mesmo o estado de natureza sendo considerado um estágio de mais perfeita liberdade e igualdade para agir e dispor de bens e de seus corpos para fazer como quiser, dentro dos limites da lei da natureza, ou melhor, segundo o uso da razão, ele está incerto quanto à preservação dos direitos. Isto porque alguns indivíduos ao não se conformarem em agir segundo a lei natural, e seguirem a parcialidade e a paixão, querem destruir o outro e os seus bens. Aqui, o estado de natureza entra em contraste com aquilo que Locke chama estado de guerra. Daí a necessidade de que os indivíduos que se encontram neste estado natural se unam e, juntos, formulem o consentimento que lhes permita realizar um contrato para a construção de um Estado, com a finalidade de preservar os direitos assegurados pela lei natural.

Desta forma, após entender o que é o estado de natureza e dentro dele lei natural, os direitos naturais e a propriedade, no capítulo anterior, resta agora saber quais são seus inconvenientes, provocados por um possível estado de guerra, bem como a maneira encontrada por Locke para fugir deles. Explicar-se-á, então, a natureza da sociedade política e o conceito de consentimento, que é a aceitação de cada indivíduo para sair do estado pré-político para um estado político.

Faz-se necessário a explicação destes conceitos, ditos ainda há pouco, apresentando o que seja tal estado, uma vez que o estado de guerra é a causa para sair do estado natural e formar uma sociedade civil.

3.1 Estado de Guerra

O estado de guerra é uma possibilidade dentro da condição natural humana, quando o indivíduo decide não cumprir a lei natural, declarando guerra contra a humanidade. Como se pode observar na definição de Locke (1978, p. 40):

> O estado de guerra é um estado de inimizade e destruição; e, portanto, um estado que declara desígnio inalterável e calmo com relação à vida de outrem, por meio de palavra ou ação, não apaixonado ou precipitado e o coloca em estado de guerra contra aquele a quem declarou semelhante intenção, expondo de tal maneira a vida ao poder de outrem, a qual lhe poderá ser arrebatada por aquele ou por qualquer outro que a ele venha juntar-se a defendê-lo, esposando a causa.

A característica do estado de guerra é uma violência cometida por uma pessoa contra outra, por meio de ação ou palavra, causando a infração da lei natural, que pede para

conservar a humanidade. Nesta ocasião, a pessoa que comete o crime convida a vítima a fazer uso do poder natural de executar a lei, para castigá-lo e puni-lo. De tal forma que, quem se sentir agredido, ficando em estado de guerra, pode punir o agressor, bem como se tornar reparador da agressão quem a ele venha ajudar. Desta maneira, a paz somente voltará quando uma das partes, em especial o autor do crime, pedir para entrarem em conciliação e abandonar este estado de guerra. Até porque se torna legítimo para o "ofendido, ou quem vier em seu auxílio, tentar destruir o agressor, enquanto este não oferecer uma paz satisfatória" (JORGE FILHO, 1992, p. 146).

A origem do estado de guerra parte do poder natural que o homem possui como executor da lei natural. Como já dito no capítulo anterior deste trabalho, a lei natural assegura na sua centralidade a preservação dos direitos naturais e da liberdade, e a sua execução prevê a punição daqueles que a transgredirem, para restringir e prevenir contra futuras ofensas. No entanto, alguns homens preferem viver de forma que suas ações não estejam prescritas na lei, transgredindo os direitos dos outros e tornando incerto o estado de natureza. Pois, embora todos se encontrarem em um estágio de liberdade e igualdade, nem todos são observadores da lei da natureza, tornando o gozo dos direitos naturais incertos e inseguros (SOUSA, 2011). Os homens que decidem viver fora da lei natural provocam o estado de guerra porque agem violentamente contra a liberdade e os direitos naturais de alguém e convidam aquele que se sentiu agredido a executar a lei para puni-lo. Todavia, aqueles que causam o estado de guerra não vivem segundo a lei que os define como homens, mas como animais e merecem ser punidos também como animais.

Com isso, o poder natural dos homens para executar a lei da natureza demonstra os limites do estado de natureza, uma vez que a sua não execução provoca o estado de guerra. De sorte que a possibilidade do estado de guerra somente existe porque há limites no estado de natureza. Os limites são definidos por falhas que provocam incertezas e se resumem em três pontos: a debilidade da ausência de uma lei estabelecida e conhecida, afirmando o que é certo e errado, ou seja, uma medida comum a todos, para não deixar espaço a quem não observa a lei natural; a falta de um juiz comum, conhecido e imparcial, com autoridade para julgar, livre, assim, da parcialidade dada a quem julga a própria causa, devido à paixão e o desejo de vingança; e por fim, o fator decorrente da inexistência de poder constituído que dê força para sustentar e amparar os julgamentos, o que coloca em constante perigo aqueles que procurarem tomar decisões de acordo com a lei natural (SOUSA, 2011).

Sabendo que o estado de guerra era provocado por falhas existentes no estado de natureza, que tornava incerto o poder executor da lei, Locke faz uma diferenciação entre um

estado e o outro, dando características próprias de cada um. De modo que a ausência de um superior comum, chamado posteriormente de Estado ou governo, define o estado de natureza e a força declarada de luta de uma pessoa contra outra consiste no estado de guerra. No estado de guerra, o que prevalece não é a lei, mas a inimizade e a destruição. Conforme Locke (1978, p. 41):

> Quando os homens vivem juntos conforme a razão, sem um superior comum na Terra que possua autoridade para julgar entre eles, verifica-se propriamente estado de natureza. Todavia, a força, ou um desígnio declarado de força, contra a pessoa de outrem, quando não existe qualquer superior comum sobre a Terra para quem apelar, constitui o estado de guerra.

A diferença entre um estado e o outro, é observada como uma distinção entre um estado ideal e outro realista e comum. Isto porque, o estado de natureza se apresenta como um estado ideal, no qual se encontra a ideia de como deveria ser o homem, ou melhor, a explanação da natureza e da condição universal dos homens de serem virtuosos e cumpridores da lei natural. Enquanto no estado de guerra, a sua definição apresenta um modo mais real da forma como os homens podem viver, pois mesmo tendo uma condição de virtuosos e cumpridores da lei, quando estão na sua condição individual, são passíveis de erros e inseguros quanto à preservação dos seus direitos. Isto explica Nodari (1991, p. 132):

> Sabe-se, porém, que Locke usa o termo estado de natureza numa acepção menos precisa, referindo-se simplesmente à condição em que os homens se encontram quando não dispõem de uma autoridade comum. O estado de natureza inclui a possibilidade de degeneração no estado de guerra. Nesta última acepção, o estado de natureza torna-se um hipótese realista, baseada na condição efetiva dos homens e não no que eles poderiam ou deveriam ser.

Desta forma, a inclusão do termo estado de guerra nos argumentos de Locke é uma forma de tornar mais real o estágio natural, como se quisesse dizer que na natureza humana existe também aquilo que coloca o homem em inimizade e insegurança. Para Jorge Filho (1992), tornar mais realista, seria dizer que existem dois estados de natureza, um ideal e outro real ou comum. No primeiro havia uma condição estável em conformidade com a lei natural, e no segundo uma condição má, que degenera no estado de guerra. Esta divisão acontece no *Segundo Tratado*, apesar de não ser uma distinção analítica precisa. As consequências desta distinção levam a afirmar que a natureza dos homens é marcada por características tanto sociais, como antissociais (DUNN, 2003). A distinção entre um estado e outro, também oferece a oportunidade para Locke afirmar que a melhor forma de aperfeiçoar e aproximar-se

do ideal, não caindo em inconvenientes, é formar uma sociedade civil, na qual haveria uma autoridade comum capaz de suprir as carências.

Neste sentido, a visão realista explica porque os homens desejam criar e, ao mesmo tempo, participar do estado civil, não querendo permanecer no estado natural. Não ficar a mercê de inconvenientes, correndo o risco de não desfrutar da liberdade e dos direitos fundamentais para a vida, em especial a propriedade, inflama nos homens à vontade de sair do estado natural e formar uma sociedade, no qual haverá um Estado com poder para superar as incertezas até então existentes. Desta maneira, "é a busca pela salvaguarda de seus direitos naturais que inclina os homens, portanto, à formação da sociedade política, a fim de que o gozo dos direitos possa ser garantido pela autoridade do governo" (SOUSA, 2011, p. 68). No capitulo IV, do *Segundo Tratado*, apresenta Locke (1978, p. 42) a causa motivadora da saída do estado de natureza:

> Evitar o estado de guerra – no qual não há apelo senão para o céu, e no qual qualquer divergência, por menor que seja, é capaz de ir dar, se não houver autoridade que decida entre os contendores - é razão decisiva para que os homens se reúnam em sociedade deixando o estado de natureza, onde há autoridade, poder na terra do qual é possível conseguir amparo mediante apelo, exclui-se a continuidade do estado de guerra (...).

Desta maneira, a entrada no estado civil é uma forma de superar os limites do estado de natureza e, ao mesmo tempo, de aproximar-se do estado ideal, uma vez que é entendido como garantia da lei natural e, consequentemente, preservação dos direitos, em particular, a propriedade de cada indivíduo. Por isso, a sociedade política surge como um aperfeiçoamento da lei natural e do estado de natureza, evitando as inconveniências que poderiam acontecer neste estágio pré-político, caso o homem preferisse agir não de acordo com a busca de seu modo ideal, mas com o não uso da razão, como já dito anteriormente.

O uso do conceito de estado de guerra por parte de Locke difere dos pensadores de sua época que defendiam a monarquia absolutista. É o caso de Hobbes e Filmer, que propuseram estado de natureza e estado de guerra como sinônimos, ou melhor, definições da natureza humana depravada e errônea. O estado de guerra estava presente em todo o estágio pré-político, ou seja, o estado de natureza. Falar do estado natural para Hobbes era chamá-lo de momento vivido antes da criação do Estado definido por constantes perigos e plena miséria, sem garantia da própria vida (MESQUITA, 2013). Filmer também concebia o estado natural como violento, de tal forma que o homem era, em sua natureza, briguento, egoísta e obstinado. O interessante de relembrar essas definições para Hobbes e Filmer é mostrar como

argumentavam em favor do absolutismo monárquico. Sobretudo porque o Estado surgia como providência de Deus para sujeitar essa condição humana à força da lei e do poder político, assegurando proteção e concedendo direitos até então não existentes (DUNN, 2003). O Estado, segundo a descrição desses filósofos defensores do absolutismo, devia possuir todo o poder, ser forte e capaz de assegurar a paz. Diante do Estado todas as pessoas deveriam ser submissas, sem nenhum direito de resistência, obedecendo sem questionar, por causa da proteção garantida contra os instintos humanos.

Locke segue outra perspectiva, devido ser contrário a esse tipo de Estado absoluto, favorecendo a maior participação política e o direito das pessoas de resistir ao governo arbitrário. O estado de guerra não é generalizado, mas uma incerteza do estado de natureza, que para ser evitado deveria abrir espaço ao estado civil como forma de garantir a proteção dos direitos fundamentais do homem e da liberdade (SOUSA, 2011). O Estado não institui, mas conserva qualitativamente os direitos.

Por fim, o estado de guerra surge como uma possibilidade dentro do estado de natureza, quando alguém decide conformar sua vida fora da lei da natureza e segundo os seus instintos, apresentando assim os limites deste estágio anterior ao político. Entretanto, a maneira de fugir dessa incerteza é sair do estado natural e passar para um estado civil, formado por uma sociedade e sob a autoridade de um governo, que terá como objetivo garantir melhor preservação àquilo que está inseguro. Antes de conhecer o modo como surgiu à sociedade política, faz-se necessário entender a sua natureza.

3.2 A Natureza da Sociedade Política

A resposta de Locke para a superação dos limites do estado de natureza e, do mesmo modo, para aproximar do estado ideal é a instituição do estado civil, com a formação da sociedade política e a instalação do Estado. A necessidade de superar os limites do estado natural e se aproximar do estado ideal surge por conta da insegurança que isto causa para a preservação dos direitos naturais e da liberdade. Pois, mesmo existindo no estado de natureza, os direitos estão inseguros devido à possibilidade provocada pelos limites aí presentes do estado de guerra. Daí que a finalidade do estado civil seria garantir a segurança para os direitos naturais e a liberdade. Locke (1978, p. 82) descreve no capítulo IX do *Segundo Tratado*:

> Embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerto e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, e na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui nesse estado é muito insegura, muito ariscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de "propriedade".

É interessante perceber nesta citação a afirmação de Locke sobre a razão dos homens se unirem em sociedade, consistindo na conservação da propriedade, designada como a vida, a liberdade e os bens. Isto porque a finalidade da sociedade não se refere aos direitos naturais, mas apenas à propriedade. Como já explicado no capítulo anterior deste trabalho sobre os direitos naturais, o termo propriedade ora significa tudo aquilo que o homem possui, conforme a acepção dada acima que compreende a vida, a liberdade e os bens, ora significa apenas os bens adquiridos para a sobrevivência, chamados de propriedade privada. A restrição ao termo propriedade resulta por ser o maior de todos os bens, e mais ainda quando se fala em propriedade privada, fruto dos homens racionais (MARCPHERSON, 1979). As consequências disto serão percebidas na participação política do estado civil, como se verá no próximo capítulo deste trabalho. No entanto, apesar de Locke se referir apenas à propriedade, não exclui os demais direitos como o de punir, o de castigar e o de autopreservação. Esses outros direitos, como se verá, serão depois repassados ao Estado de modo que se possa conservar a propriedade.

Ao garantir que a propriedade seja conservada, o estado civil busca o bem comum de todos os seus membros. Quando se conserva a propriedade, permite-se alcançar bens maiores a todas as pessoas, pois assegura-se uma vida confortável, segura e pacífica. O bem comum se compreende não apenas como a união dos direitos individuais, mas como um direito que é para toda a comunidade (ASCHCRASFT, 2011). Portanto, o que faz com que cada um renuncie aos seus direitos individuais e ingresse na sociedade é a segurança de suas propriedades e, consequentemente, o bem comum.

Assim, o que define o estado civil é a superação dos limites do estado de natureza para cumprir seu objetivo de assegurar a preservação da propriedade. A superação se dá pela existência de um juíz comum, uma lei estabelecida e um poder forte para sustentar a sentença. Por isso, a sociedade pode ser compreendida como uma comunidade, que exclui todo julgamento privado, tornando-se árbitro por meio de leis estabelecidas, indiferente no julgamento, castigando as infrações cometidas contra a sociedade, podendo saber desse modo quem está ou não dentro dela (LOCKE, 1978). As pessoas que estão no estado natural julgam

por si só a transgressão da lei, ao contrário das que estão no estado civil e possuem um juiz comum e leis fixadas.

Entretanto, a passagem do estado de natureza para o estado civil acontece quando se supera os limites através dos indivíduos que decidem entrar em uma sociedade e entregar o poder natural para um governo. Não poderia haver estado civil sem um contrato entre as pessoas, no qual decidem viver em comum e sob a direção de um governo. O contrato social se realiza quando cada um deixa o poder natural de executar a lei e passa-o à sociedade, instituindo o Estado.

> Sempre que, portanto, qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de tal sorte que cada um abandone o próprio poder executivo da lei da natureza, passando-o ao público, nesse caso e somente nele haverá uma sociedade civil ou política. E tal se dá sempre que qualquer número de homens, no estado de natureza, entra em sociedade para constituir um povo, um corpo político, sob um governo supremo, ou então quando qualquer indivíduo se junta ou se incorpora a qualquer governo já constituído (LOCKE, 1978, p. 67).

De acordo com Nodari (1991), embora Locke não faça muita referência, apenas um aceno no capítulo XIX do *Segundo Tratado*, toda doutrina contratualista postula duas convenções para formar um Estado: o pacto de associação, quando certos indivíduos decidem viver em sociedade; e o pacto de sujeição, que é quando os indivíduos, depois de estarem em sociedade, se submetem a um poder comum. O primeiro seria para formar a sociedade política, entrando assim no estado civil, enquanto o segundo para o surgimento do Estado.

Contudo, ao mesmo tempo que, tais pactos trariam vantagens devido à maior chance de imparcialidade e formulação de regras para a vida comum, eles poderia ter desvantagens por causa de um maior poder coercitivo de um soberano político, ocasionando abusos. Por isso, apesar de Locke acreditar na importância do Estado, este seria confiável somente quando o governante se sentisse responsável por aqueles sobre os quais exerce o governo. Conforme indica Dunn (2003, p. 68):

> Locke reconhecia o valor prático de um alto poder para os fins humanos, mas ele o temia profundamente e pensava, como ainda temos motivos para pensar, que só se pode confiar nele quando aquele que detém se vê responsável por (e pode ser responsabilizado por) aqueles sobre os quais o exerce.

A responsabilidade seria adquirida tão somente quando o poder fosse fruto do consentimento das pessoas ao decidirem dá a propriedade para alguém com a finalidade de ser bem administrada. Isto aparece como ressalva para a escolha das formas de governo. Pois, como se verá no próximo capítulo, existem formas de governo incompatíveis com o estado

civil. É o caso, por exemplo, da monarquia absoluta. Esta que, ao invés de ser fruto do consentimento das pessoas, era consequência da submissão. O pacto de submissão acontecia quando as pessoas transferiam os seus poderes naturais para um soberano, graças à força e à influência deste em alguns momentos da história na defesa contra forças exteriores. Entretanto, segundo Nodari (1991, p. 135), "só o consentimento legitima a fundação da forma de governo e a instituição do corpo político", dado que o poder político somente é obedecido quando aceito por aqueles que lhe estão sujeitos; caso contrário, será apenas uma relação de subordinação, em que alguém submete-se ao poder de outro por simples proteção, sem envolvimento de real confiança.

Desta forma, a natureza da sociedade política é resultado do contrato social para superar os limites do estado de natureza a fim de garantir a preservação dos direitos naturais, mais especificamente a propriedade. O contrato social somente é verdadeiro de forma que permita ao Estado se sentir responsável pelo povo, e para isto teria que ser fruto do consentimento. Assim, faz-se necessário apresentar o conceito de consentimento para esclarecer o contrato social na política de Locke.

3.3 O Consentimento

Sem o consentimento seria impossível haver sociedade política e menos ainda existir um Estado, uma vez que, estando às pessoas em posse de seus direitos naturais, somente entregariam as suas posses a outros se consentissem formar com outras pessoas uma comunidade e juntas confiassem a um corpo político o poder de fazer leis e cuidar do seu cumprimento. Conforme explica o próprio Locke (1978, p. 71), no início do capítulo VIII do *Segundo Tratado*, "sendo os homens (...), por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento". A autoridade que cada indivíduo possui em decorrência da sua condição natural, somente pode ser retirada caso ele mesmo queira atribuir a outro, e até mesmo uma ação que lhe atinja deve ser feita a partir de seu assentimento. É o deixa claro Locke (1978, p. 71) ao afirmar:

> A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.

Desta forma, a natureza política do Estado e da sociedade está ligada estreitamente com a definição de consentimento. Isso se torna um fator importante no estado civil, pois na visão de Locke, a obediência à autoridade está ligada à forma de sociedade. No caso da sociedade familiar, a obediência aos pais está ligada ao fator do nascimento e dos primeiros cuidados, ou seja, da gestação. Na sociedade senhorial, em que o escravo está submetido às ordens do patrão, se dá pelo delito cometido. Enquanto que na sociedade política, a obediência acontece pelo contrato firmado entre os membros para formarem comunidade. Uma conclusão de Bobbio (1994, p. 51) para esse pensamento afirma que

> Isto significa dizer que o governante, ao contrário do pai e dono de escravo, necessita que sua própria autoridade obtenha consentimento para que seja considerada legítima. Em princípio, um soberano que governa como pai, segundo o governo paternalista, ou, pior ainda, como um senhor de escravo segundo o modelo do Estado despótico, não é um governo legítimo e os súditos não são obrigados a obedecer.

A obediência a uma autoridade política somente é praticada através do consentimento de cada indivíduo de dispor poder para sobre ele governar. Esta obediência realiza-se quando o indivíduo confia que o governante fará cumprir a lei natural, através de leis positivas e de mecanismos para sua execução, sabendo que esta lei natural deve ser cumprida, uma vez que é dada por Deus aos homens, de tal modo que requer obediência. Por isso, "somente o consentimento de seres humanos adultos pode conferir a outro ser humano autoridade política sobre eles" (DUNN, 2003, p. 69).

Ao consentirem formar uma sociedade, entrando desse modo no estado civil e formando um corpo político, os homens também aceitariam em conceder o poder de agir, enquanto corpo político, a partir da decisão da maioria. Pois agir enquanto sociedade é agir como corpo, que se move para um lado, sendo melhor para o lado da maioria, ficando todos obrigados a aceitar o acordo estabelecido pela maioria (LOCKE, 1978). Entra-se por aqui na argumentação de Locke para a formação do estado civil: o princípio democrático da maioria. A aceitação para este tipo de princípio democrático acontece porque se assim não fosse, seria necessário para toda decisão a ser tomado, haver o consentimento de todos. Contudo, o consentimento de todos não seria possível se levasse em conta as enfermidades e ocupações de uma sociedade, além da diversidade de opiniões e interesses que poderiam prejudicar o consenso sobre uma opinião. Dessa forma, "onde não é capaz de resolver pelo todo, não poderá agir como um corpo, e, em consequência, será imediatamente dissolvido de novo" (LOCKE, 1978, p. 72).

A discussão sobre o consentimento em Locke tráz algo novo ao contratualismo, no ambiente da filosofia política. Até então, as discussões sobre contrato social para a formação da sociedade versavam sobre um pacto de submissão firmado entre os homens para preservação de suas vidas, como argumentam Hobbes, Filmer e outros que defendem a monarquia, e não um pacto pelo consenso. Outro fator interessante é que muitos Estados de sua época não são formados através da concentração de poderes de homens livres para a execução da lei natural, como afirma sua teoria do consentimento, mas através das conquistas (DUNN, 2003). Os Estados eram monarquias absolutistas que mantinham relação entre soberanos e súditos por meio de uma guerra oculta. De tal maneira que Locke se opõe aos pensadores de sua época e às formas de Estado predominantes. Para ele, tais formas de Estado, tanto como foram pensados quanto na maneira como existiam, não possuíam autoridade legítima, já que não previam um tipo de consentimento.

Entretanto, Locke, ao explicar o conceito de consentimento, afirma que se encontra diante de duas objeções: a primeira vem de não encontrar exemplo na história de um grupo que tenha começado através do consentimento um governo; a segunda é a de ser impossível que tenha acontecido – o consentimento – para aqueles que já nasceram sob a autoridade de um governo, bem como a liberdade para dar início a outro tipo de Estado (LOCKE, 1978). A necessidade de responder a estas questões surge para enfrentar duas formas de pensar que lhe incomodavam: a primeira referente a Filmer, que defendeu a monarquia através do fator histórico; a segunda, para fundamentar o consenso como princípio de legitimação do poder político. Como esclareceu Bobbio (1994, p. 64):

> Locke tem de refutar um adversário, Filmer, que defendeu a legitimidade da monarquia absolutista recorrendo à história (ainda que a uma história sagrada, que nada tem a ver com a história profana). De resto, também para Locke o contrato serve principalmente como instrumento necessário à finalidade de permitir a afirmação de um certo princípio de legitimação (a legitimação baseada no consenso) contra outros princípios.

A resposta à primeira questão é elaborada por Locke ao apresentar diversos povos que se encontravam em estado natural e consentiram em formar um corpo político. Ainda respondendo a isso, embora não negue que tenham existido povos que começaram instituições políticas por meio de autoridades paternas ou de generais, nos períodos de guerra, afirma que para que isto acontecesse, houve um consentimento por parte dos que tinham se submetido a essas autoridades, constituindo depois uma autoridade legítima.

Ao segundo desafio Locke responde com a distinção de dois tipos de consentimento: o expresso e o tático. O consentimento expresso tornava o homem membro pleno da sociedade,

com todos os direitos e deveres por toda a vida, através de seu assentimento. Aqui se explica "a origem da sociedade e do contrato, assim como os direitos e deveres que se acham ligados pela nova instituição política" (TADIÉ, 2005, p. 55-56). O fato acontece raramente, como no caso do ingresso de uma pessoa em outra sociedade, não sendo a de sua origem, ou a mudança da forma de governo. Enquanto o consentimento tático tornava um homem parte de um país, e sujeito às suas leis durante o período que permanecesse dentro de seu território (DUNN, 2003). Acontece sempre que uma pessoa viaje ou resida por algum tempo em um país estrangeiro. Todavia, submeter-se às leis de um país enquanto permanece nele não torna um homem membro desta sociedade, trata-se apenas de proteção.

Portanto, o consentimento é a única maneira pela qual os homens renunciam ao estado natural, no qual possuem o poder natural de execução da lei da natureza, para entrarem em um estado civil e se colocarem sob um governo, no qual a decisão manifesta-se na opinião da maioria, a partir de um consentimento que pode ser de forma expressa ou tática.

Finalmente, o conceito de consentimento se une aos demais para afirmar que, devido às incertezas no estado de natureza quanto ao cumprimento da lei natural, possibilitando a degeneração em um estado de guerra, no qual os homens declaram violência a outros, as pessoas decidem renunciar a essa vida e formar uma sociedade, possível somente por meio de um contrato no qual cada um consente em construir uma comunidade sob o governo de decisão da maioria. Assim se poderá passar para os conceitos seguintes que explicarão a organização política do Estado e o direito de resistir à autoridade que fuja do seu objetivo.

4 A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO CIVIL

Os conceitos abordados até aqui sustentam a origem e a forma do contrato social. Neste sentido, após conhecer o estado de natureza e o contrato social, para compreender os fundamentos do estado civil, apresentar-se-á a organização do estado civil por meio da escolha da forma de governo e da soberania popular, além da função de cada poder constituído. Além disso, torna-se necessário explanar o direito de resistência da população diante do Estado, uma vez que a organização do estado civil está baseada na confiança de cada membro da sociedade em relação ao Estado, podendo ser quebrada desde que não cumprida a sua finalidade.

4.1 A Estrutura do Estado civil

A compreensão de como se estrutura a sociedade política se baseia no estado natural e no contrato social, uma vez que o estado civil se organiza pela instituição do poder político, escolhendo uma forma de governo exercido pela soberania popular. Pois tanto a escolha da forma de governo como a soberania do povo são dadas pelo contrato, fruto dos poderes naturais.

Assim, o poder político é originado dos poderes naturais de cada indivíduo para executar a lei da natureza e constituído a partir do consentimento das pessoas, ou seja, mediante um contrato. Como se sabe, o contrato surge para superar os limites do estado de natureza e torna-se base do estado civil. Os poderes naturais transferidos ao poder político, são apresentados por Locke (1978, p. 83) no capítulo IX do *Segundo Tratado*:

> O primeiro consiste em fazer o que julgar conveniente para a própria preservação e a de terceiros dentro do que permite a lei da natureza, pela qual, sendo a todos comum, ele e todos os demais homens formam uma única comunidade, constituem uma sociedade única, distinta de todas as outras criaturas. E, se não fosse à corrupção e o vício de homens degenerados, não haveria necessidade de nenhum outra, nem seria preciso que os homens se separassem dessa comunidade grande e natural e por meio de acordos positivos se combinassem em associações menores e divididas. O outro poder que o homem possui no estado de natureza é o de castigar os crimes cometidos contra a lei. Ele abandona um e outro quando se reúne a uma sociedade política privada, se assim possa chama-la, ou particular, e se incorpora a qualquer comunidade distinta do resto dos homens.

Conforme dito nesta citação, tais poderes que os homens possuem no estado de natureza poderiam ser utilizados corretamente, não fosse a corrupção humana para agir de acordo com o vício e não com a lei natural. Não sendo garantido, porém, o uso correto, os

poderes naturais dos indivíduos são transferidos para a sociedade quando cada um consente em entregá-los para que assim a propriedade seja melhor conservada. Essa transferência acontece quando os indivíduos que estão no estado de natureza consentem em firmar um contrato para originar um poder político capaz de executar melhor a lei natural. O primeiro poder para conservar a si e a terceiros é abandonado para que seja regulado por leis feitas pelo estado civil; o segundo poder, para castigar quem fugir da lei natural, é deixado para ajudar no poder executivo da sociedade, renunciando à liberdade de prover a si mesmo (LOCKE, 1978). De forma que, o poder da sociedade consistirá no poder executivo e legislativo.

Assim, toda sociedade política é organizada por um poder político, que se especifica no executivo e no legislativo, originado dos poderes individuais de cada indivíduo e formado por meio do contrato. Sabendo como deve ser estruturado o poder político, resta agora saber a forma de governo compatível com ele.

4.1.1 Formas de governo

Verificando que a organização do estado civil se fundamenta na garantia dos direitos naturais e na liberdade, o governo que nele surgir deve ser compatível com esse objetivo. Por isso, existem três condições para que se crie um governo legítimo. A primeira está relacionada com a fundamentação da organização da sociedade política e consiste na garantia da preservação dos direitos naturais e da liberdade. Apresentando, com isso, a finalidade do Estado: sustentar o contrato social por meio da segurança do objetivo pelo qual se formou, que é a preservação da propriedade. Como bem coloca Nodari (1991, p. 144):

> O governo que nega os direitos fundamentais do homem é inconstitucional. O governo legítimo tem seu fundamento no contrato social. O contrato social é um pacto de consentimento em que os homens concordam livremente em formar a sociedade civil, para preservar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza.

A segunda condição consiste em que, para tornar legítimo o poder político, faz-se necessário a escolher pela decisão da maioria da forma de governo compatível com o estado civil (SOUSA, 2011). De fato, após a realização do contrato em que todos consentiram que o poder da sociedade se encontrasse na decisão da maioria, esta já poderia exercê-lo para a escolha da forma de governo para o estado civil.

Uma terceira condição é que a estrutura do governo deve ser baseada nos poderes constituídos pelo contrato, já que são originados pelos poderes naturais de cada homem no

estado de natureza. A maioria deve escolher, então, o governo com os poderes legislativo e executivo, porque já são exercidos de maneira individual no estado natural para preservar os direitos naturais (MELO, 1995).

Apesar de não deixar explícito no decorrer do *Segundo Tratado* as exigências dessas condições, elas se tornam necessárias para alinhar o tipo de governo adotado pela sociedade com os objetivos estabelecidos para a formação do estado civil. Se quiser suprir os limites do estado de natureza para garantir a preservação dos direitos naturais, então é preciso que a sociedade estabeleça um governo que tenha o mesmo fim, que também seja fruto do consentimento das pessoas e fundado na existência dos poderes constituídos.

Com isso, depois de apresentar as condições para o tipo de governo compatível com o estado civil, Locke (1978, p. 85) classifica, no capítulo X do *Segundo Tratado*, diversos modelos de Estados possíveis:

> Se executam por meio de funcionários que ela (a maioria) própria nomeia: neste caso, a forma de governo é uma perfeita democracia; ou então pode colocar o poder de fazer leis nas mãos de alguns homens escolhidos, seus herdeiros e sucessores: neste caso, ter-se-á uma oligarquia; ou então nas mãos de um único homem: constitui-se nesse caso um monarquia; se para ele e herdeiro: será hereditária; se para ele somente durante a vida, mas pela morte dele sendo a ela devolvido o poder de indicar o sucessor: será a monarquia eletiva.

Dentre todos os modelos dados, Locke não aparenta preferência por nenhum, embora mostre que possuem as condições requeridas para um Estado legítimo. Essas exigências feitas para a escolha de um tipo de governo ocasionam a limitação do poder do Estado, devido ao fato de condicioná-lo à lei natural e ao consentimento das pessoas. Por isso, pode existir um poder dentro da sociedade, mas ele estará obrigado a fazer leis que estejam de acordo com a lei natural, a fim de preservar os direitos naturais, e ser instituído por meio de um contrato, o qual a maioria tenha escolhido e que se concretize no legislativo e executivo, para garantir obediência.

De fato, para Locke, os homens somente se organizam em sociedade política para alcançar um grau de liberdade efetiva maior do que o que dispõem fora dela. A consequência é que em qualquer forma de governo a ser escolhido é impensável que nele se produza menor liberdade que no estado natural (NODARI, 1991). Além de ser verdadeiro que as pessoas somente confiarão no poder político quando este for instituído pelo contrato (BOBBIO, 2014), aceitado pela decisão da maioria em escolher a forma de governo.

Desta forma, dentre os modelos apresentados por Locke, existe um que não aparece por não se enquadrar nas condições exigidas; trata-se da monarquia absoluta. Como já visto, o

motivo do não enquadramento da monarquia absoluta se resume a que sua escolha "implicaria na aceitação de que a autoridade política fundamental não repousa no consentimento do povo, mas na vontade arbitrária do monarca" (SOUSA, 2011, p. 97), contrapondo a segunda condição, segundo a qual a obediência à autoridade política baseia-se no contrato social por meio do assentimento das pessoas. Também se pode dizer que a monarquia absoluta não teria o objetivo de preservar os direitos naturais, posto que não se limitaria a fazer leis positivas de acordo com a lei natural, com sério perigo de dirigir-se à concentração do próprio poder.

Com isso, a escolha da forma de governo é feita a partir de condições exigidas pela própria estrutura do estado civil, dentro dos modelos apresentados, excluindo qualquer tipo de Estado absolutista. Depois que se escolhe a forma de governo, a estrutura política do estado civil se dá por soberania popular, num processo em que as pessoas participam da vida política.

4.1.2 A Soberania Popular

O processo de origem da sociedade política e a escolha da forma de governo são feitas através do consentimento do povo. O povo é quem decide a organização política e possui o poder supremo, como se dirá mais a frente. De fato, é por meio das pessoas que se origina o poder político e através delas tomam-se as principais decisões. A existência do estado civil dá-se para proteger os direitos e a liberdade do povo, não podendo fugir disso. Na sociedade política, a soberania é do povo e não do Estado, como queriam muitos defensores do absolutismo (BOBBIO, 1994).

Se a soberania é do povo, igualmente acontecerá com a participação política. E essa participação é feita pelo povo para acompanhar as ações dos governantes e verificar se estão cumprindo seus objetivos de legisladores e executores das normas na sociedade. Contudo, sabendo que o estado civil surge para preservar a propriedade, fica uma dúvida sobre a quem cabe essa participação política, pois o uso do termo propriedade para Marchpherson (1979) pode ter dois sentidos diferentes. No primeiro sentido, a propriedade é colocada como a vida, a liberdade e os bens, com a finalidade de proteger todos e qualificar a participação na sociedade política. No segundo sentido, a propriedade é vista apenas como as grandes propriedades privadas, qualificando os seus proprietários para a participação na sociedade. No entanto, segundo Marcpherson (1979), Locke cai nesta incoerência sem se dá conta, porque visava que todos estivessem incluídos na sociedade, quando apenas os donos das grandes propriedades privadas podem ter pleno exercício na vida política da sociedade. O que o leva a essa distinção seria o uso da racionalidade, entendendo razão conforme o

significado proposto no primeiro capítulo. A razão leva os homens a agirem conforme a lei natural, que pede para preservar a vida e os seus bens, de maneira que possam adquirir com seus trabalhos bens suficientes para a sobrevivência. Resultado: somente quem possui grandes propriedades faz bom uso da razão, e esta é base necessária para a participação plena da vida política. Como afirma Marcperson (1979, p. 259-260):

> Todos, tendo ou não propriedade, no sentido comum, estão incluídos, como interessados na preservação das próprias vidas e liberdades. Ao mesmo tempo, apenas os que têm "fortuna" podem ter plena cidadania, por duas razões: apenas esses têm pleno interesse na preservação da propriedade, e apenas esses são integralmente capazes de vida racional.

Este pensamento corresponde a uma maneira de ver o exercício da cidadania. Todavia, outra visão do que seja essa participação política, afirma que Locke não exclui grupo social algum ao falar do povo, mas se referiria a todas as categorias sócias (SOUSA, 2011). Assim, todos aqueles que tinham consentido sair do estado natural deviam participar da vida política. Não cabe aqui deter-se demasiado nisto, basta compreender que a vida política na sociedade é fruto da participação do povo.

Enfim, toda estrutura do estado civil é feita a partir da soberania do povo, ao qual confia-se a participação do poder político. Resta, então, saber qual a função de cada poder constituído pelo contrato para suprir os limites do estado de natureza.

4.2 Os Poderes Constituídos

Como já dito, os poderes constituídos no estado civil são formados pelo contrato social como forma de possuir maior força, visibilidade e autoridade através da unificação dos poderes naturais de cada homem na execução da lei natural. Nascem, assim, o poder legislativo, para tornar visível e mais forte a lei, elaborando-a com conteúdos conhecidos e coerentes segundo a lei natural, e o poder executivo, com autoridade e força para julgar e executar as normas criadas.

Embora os dois sejam poderes essenciais, Locke considera a existência de um terceiro poder, chamado federativo (NODARI, 1991). A função deste poder é cuidar das "guerras e da paz, de ligas e alianças, e todas as transições com todas as pessoas e comunidades estranhas à sociedade" (LOCKE, 1978, p. 91). Também é originado no poder natural, quando no estado de natureza cada homem possui o poder de resolver qualquer contrariedade com outro

indivíduo. Mas como se percebe, suas atribuições de relações com outros Estados lhe caracteriza como parte do executivo.

Entre os três poderes constituídos, o legislativo prevalece como o poder supremo, porque está encarregado de fazer as leis, normas para a vida social. É a partir dele que os demais poderes trabalharão. Por isso, o executivo fica subordinado ao legislativo, dada a função de executar o trabalho realizado por este, e o federativo, por consequência, também é subordinado ao legislativo, como parte atribuída ao executivo. Entretanto, mesmo sendo o poder supremo, o legislativo está subordinado ao poder do povo, do qual deriva o consentimento e juízo do valor da lei, de forma que é interessante conhecer as atribuições de cada um dos poderes fundamentais do estado civil.

4.2.1 O Poder Legislativo

Considerando que o objetivo da formação de sociedade é a segurança da propriedade, o meio certo para atingi-lo é a elaboração de leis que regulem a vida dentro do estado civil. E a primeira lei positiva consiste na criação do poder legislativo. A partir do legislativo elaborar-se-ão as demais leis. Essas leis pretendem assegurar os direitos naturais, preservando a propriedade e a liberdade. Na lei positiva será possível tornar visível a lei da natureza, pois esta, não sendo escrita, pode ser encontrada apenas no espírito humano (LOCKE, 1978). Por isso, a lei positiva, feita pelo Estado, não retira a liberdade, antes, como a lei natural, torna-a possível e a orienta, como descreve Nodari (1991, p. 146):

> A lei, para Locke, não constitui uma restrição aos direitos dos homens, mas garantia desses direitos. A lei não é limitação, mas orientação livre e inteligente. Seu propósito não é abolir, mas preservar e ampliar a liberdade. A liberdade tem de ser livre da restrição e da violência de terceiros, o que não pode dar-se se não há lei. Aqui, ser livre não significa a licença de fazer o que cada um bem entende e lhe apraz, mas a liberdade de dispor e ordenar, conforme lhe apraz, a própria pessoa, as ações, as posses e toda a sua propriedade, dentro da sanção das leis sob as quais vive, sem ficar sujeito à vontade arbitrária de outrem, mas seguindo livremente a própria vontade.

A obrigação essencial do legislativo é a de proteger das incertezas existentes no estado de natureza, que provocava medo e insegurança, passando a garantindo a segurança, a paz e o bem das pessoas. O propósito de elaborar leis é assegurar o bem comum (ASHCRAF, 2011). O bem comum, como exposto por Locke e dito no primeiro capítulo, vai além da garantia da não violação de direitos individuais, comporta ainda a defesa dos direitos coletivos, definidos no respeito à segurança e preservação da sociedade como um todo (SOUSA, 2011). Sabendo

disto, as pessoas aceitam entregar a função de fazer lei ao legislativo, o qual desempenhará esse importante papel não só para indivíduo, mas para toda a sociedade. Locke (1978, p. 86) esclarece:

> Esse poder legislativo não é somente o poder supremo da comunidade, mas sagrado e inalterável nas mãos em que a comunidade uma vez colocou: nem pode qualquer edito de quem quer que seja, concebido por qualquer maneira ou apoiado por qualquer poder que seja, ter a força e a obrigação da lei se não tiver sanção do legislativo escolhido e nomeado pelo público; porque sem isto a lei não teria o que é absolutamente necessário à sua natureza de lei: o consentimento da sociedade sobre a qual ninguém tem o poder de fazer leis senão por seu próprio consentimento e pela autoridade dela recebida.

A definição de Locke a respeito do legislativo ajuda a compreender o motivo pelo qual é chamado poder supremo, pois afirma ser ele derivado do público. Na verdade, o poder supremo está nas pessoas que formam o contrato, mas decidem repassá-lo para um poder constituído. Neste caso, o legislativo é apenas fiduciário, porque é derivado das pessoas, que renunciam aos poderes naturais de agir por conta própria perante a lei natural e o passam a outros, cabendo ao povo, que designou a atuação do legislativo, afastá-lo ou alterá-lo quando este agir contrariamente ao encargo que lhe foi confiado. Dado que, sendo limitado qualquer poder concedido como tarefa para alcançar certo objetivo, pelo mesmo objetivo, sempre que contrariado ou desprezado, perde-se obrigatoriamente o poder, retornando a quem lhe confiou (LOCKE, 1978).

Para que o poder supremo não retorne ao povo, o legislativo deve tomar certos cuidados a quatros limites. O primeiro limite diz que o legislativo não pode ser arbitrário sobre a vida e a fortuna das pessoas. A justificativa disso é que as ações do legislativo devem ser de acordo com o poder recebido das pessoas, e tal transgressão sobre a vida e a fortuna nem elas possuíam no estado de natureza.

O segundo limite consiste em não legislar por meio de decretos extemporâneos e arbitrários, pois o legislativo "está na obrigação de dispensar justiça e decidir dos direitos dos súditos mediante leis promulgadas, fixas e por juízes autorizados, conhecidos" (LOCKE, 1978, p. 87). Caso isso não aconteça, estará fugindo da finalidade para que se constitui a sociedade.

O terceiro limite refere-se à proibição de invasão ou uso de qualquer parte da propriedade dos homens sem o seu consentimento (SOUSA, 2011). Sendo a preservação da propriedade o fim do governo e razão para surgir a sociedade, seria contraditória tal ação. O quarto limite diz respeito à negação de transferência do poder recebido para elaborar leis a

outras mãos. Conceder esse poder é restrito ao povo por ter sido dele originado. Este último limite permite evitar possíveis manobras capazes de expor as pessoas aos mesmos perigos do estado de natureza.

A partir destes limites, se verifica que cabe ao povo indicar a forma de governo, no qual o legislativo é o supremo, e ainda em que mãos deve estar. Diante disso, têm-se duas exigências: às atribuições do legislativo pede-se que não sejam permanentes suas atividades, a fim de não se tornar pesado para o povo, mas exercida de tempos em tempos; como também, para evitar casos de abusos de poder, não é agradável que os mesmo autores da lei sejam os seus executores, mas pessoas diferentes (LOCKE, 1978).

Desta forma, o poder legislativo ou poder supremo deve cumprir a função de fazer leis positivas para garantir os direitos naturais dentro de limites, antes citados, função esta derivada do povo. Fica, então, responsável por cumprir o estabelecido para o bem comum o poder executivo, como será apresentado adiante.

4.2.2 O Poder Executivo

Com a elaboração das leis pelo poder legislativo, resta agora a sua execução, necessitando, assim, de um poder permanente para implementá-las. Esse outro poder é o executivo que, como o próprio nome já diz, cuida da parte de levar com bom êxito a determinação da lei, administrando o que for preciso para dar-lhe cumprimento efetivo. "Enquanto o legislativo determina como devem ser empregadas as forças de um Estado para a conservação da sociedade e de seus membros, o executivo assegura, no interior da sociedade, a execução e a observação das leis positivas" (NODARI, 1991, p. 148).

Observando que o legislativo e o executivo possuem funções diferentes, também deverão ser comandados por mãos diferentes, devido a dois motivos. O primeiro motivo é a prevenção de um abuso de poder que pode acontecer quando o legislativo e o executivo estão nas mãos de uma mesma pessoa, não havendo quem regule ou fiscalize as ações. O segundo motivo decorre da atividade prática de cada um dos poderes, pois se o executivo deve permanecer posto para executar as normas e se o legislativo não precisa ser permanente, porque não é preciso sempre fazer leis, então é bom que fique sob o comando de pessoas diferentes.

O poder executivo possui a tarefa de convocar e dispensar o legislativo, em alguns casos, quando já está previsto ou quando as circunstâncias exigirem (NODARI, 1991). Esse poder do executivo constitui um encargo fiduciário dado pelo povo para sua segurança e

evitar incertezas, mas não lhe assegura superioridade. Ao contrário, o executivo é subordinado ao legislativo. A subordinação não quer dizer total dependência, por causa da execução das leis, mas quando for pedido resolver certas questões ligadas à lei poderá o executivo decidir. Existem temas que poderão ser regulados pelo executivo sem a autorização do legislativo, quando este não for capaz de resolver, por não executá-las ou quando não estiver atuando (TADIÉ, 2005).

Por fim, ao executivo cabe tornar as leis executadas para o bem comum da sociedade, respeitando o legislativo, como também convocando ou dissolvendo quando necessário, estando do mesmo modo os dois poderes separados e independentes para realizarem suas funções. Lembrando que as atividades do executivo se encontram ligadas ao poder federativo, como será posto a seguir.

4.2.3 O Poder Federativo

Este outro poder apresentado por Locke terá como função cuidar das relações exteriores do Estado, ou seja, nos relacionamento do governo com outros países sobre questões de alianças, guerras, ligas e transações de pessoas estrangeiras em seu território como também de seus membros em terras estranhas. Ele corresponde ao poder natural das pessoas de se relacionar com as outras de acordo com a lei natural, como no caso de transgressão. Sendo, por isso, parecido com o executivo, uma vez que cuida da execução da lei. A separação entre o federativo e o executivo se dá por um cuidar da execução da lei dentro do território do próprio país e o outro cuidar da execução fora. Todavia, os poderes executivo e federativo devem estar sob o mesmo comando para não causar conflitos internos no governo, conforme a descrição do capítulo XII do *Segundo Tratado*:

> Embora (...) os poderes executivo e federativo de qualquer comunidade sejam realmente distintos em si, dificilmente podem separar-se e colocar-se ao mesmo tempo em mãos de pessoas distintas; visto como ambas exigindo a força da sociedade para seu exercício, é quase impraticável colocar-se a força do Estado em mãos distintas e não subordinadas, ou os poderes executivo e federativo em pessoas que possam agir separadamente, em virtude do que a força do público ficaria sob comandos coerentes, o que poderia ocasionar, em qualquer ocasião, desordem e ruína (LOCKE, 1978, p. 92).

Assim, o poder federativo consiste em executar as normas fora dos limites do país, tendo origem no poder natural de execução da lei natural e sendo, desse modo, ligado ao executivo, estando sob o mesmo comando para evitar desordem.

Aqui se encerra a definição das funções de cada órgão político constituído como poder para governar em favor da preservação dos direitos fundamentais e do bem comum. Por isso, após saber em que consiste o poder político, faz-se necessária uma apreciação de como acontece e em que está fundamentada a resistência política.

4.3 O Direito de Resistência

A exposição sobre a instituição política não pode ser separada do direito de resistência na perspectiva de Locke, pois da mesma forma que o poder político foi instituído pelo consentimento das pessoas para garantir os direitos naturais e a liberdade, ele também não pode ser arbitrário. São duas partes do mesmo discurso. Desta forma, as bases da rebelião ou do direito de resistência encontram-se nas ações do governo que queira desempenhá-las de modo contrário à finalidade para o qual foi instituído, traindo a confiança das pessoas que consentiram em entregar-lhe o poder natural em vista da proteção dos perigos do estado natural.

Locke (1978) considera a hipótese de rebelião em três casos: quando o povo se torna miserável, achando-se exposto aos maus tratos do uso arbitrário do poder pelo governo; quando de uma série contínua de abusos, prevaricações e artifícios do poder político pelos encarregados de tal função; e quando os governantes contrariam a confiança das pessoas que depositaram neles o poder de prover a segurança ligada aos direitos naturais.

Em todo caso, isso acontece quando o legislativo ou o executivo violam a lei, visando o próprio interesse e não o bem de todos, deixando de cumprir sua real finalidade. Isto porque uma vez instituído, o governo recebe por meio do consentimento das pessoas o dever de agir segundo a lei natural, empenhando-se em elaborar e executar uma boa constituição, para assegurar o respeito aos direitos dos membros da comunidade (NODARI, 1991). Caso o governo não observe este objetivo, transgredindo os direitos do povo para destruir a propriedade deste, permite a resistência de quem lhe confiou essa tarefa de compromisso rompido. Lembre-se aqui que os limites do poder político se resumem na preservação dos indivíduos e na defesa do bem comum.

De qualquer forma, não é o povo que se rebela, mas aquele que foi instituído pela sociedade, ou seja, o governo. O uso da força sem amparo legal para violar os direitos naturais coloca o governo em estado de guerra com as pessoas, assegurando a elas a retomada dos poderes naturais para resistir à opressão e a tirania.

> Quem quer que use força sem direito, como o faz todo aquele contra que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais assim a emprega; e nesse estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor (LOCKE, 1978, p. 125).

Como já visto, quando se promove um estado de guerra deve-se castigar, punir e resistir até voltar à paz. Na tirania, assim como no estado de guerra, falta um juiz comum, e o impasse somente será resolvido com o uso da força pelo povo diante do Estado. Nestas condições, o poder supremo de livrar de maldades e atentados fica com o povo, entendidos como os "donos", visto que é legítimo o direito do povo de se defender da opressão de um governo tirano, afastando o legislativo e recebendo o poder supremo (TADIÉ, 2005).

A configuração de um estado de guerra acontece porque, assim como a usurpação consiste no exercício do poder que outro possui sem lhe ter sido dado e a conquista na violação do direito quando não há escolha das pessoas para a forma de governo, a tirania é o exercício do poder além dos limites instituídos para o Estado (NODARI, 1991). Conforme já se viu, o que leva as pessoas a um estado de guerra é a transgressão dos direitos naturais e da liberdade por uma pessoa que decida não agir segundo a lei natural. Assim, na tirania, usurpação ou conquista, o governo ou força externa transgredi os direitos fundamentais e a liberdade das pessoas não agindo pela lei natural, como foi encarregado por estas mesmas pessoas. Situação que quebra o consentimento, porque está baseado na confiança das pessoas depositada no Estado para realizar determinado encargo. O poder político é devolvido à sociedade, ou a cada um individualmente, dependendo do caso, para que encontre outra forma de governo, ao qual se possa confiar a proteção dos direitos naturais e da liberdade.

O consentimento das pessoas é base para o surgimento do estado civil, e ela é retirada no momento em que é quebrada a confiança no governo para agir segundo seu objetivo. Como apresenta Dunn (2003), a confiança é merecida pelo soberano para atingir os fins dos quais foi encarregado. Mas o "contrário da confiança merecida é a confiança traída; e o remédio para esse ser traída seria o direito a resistência" (DUNN, 2003, p. 74). Se as pessoas não confiam, retiram seus consentimentos e o Estado não tem mais poder para agir em nome da comunidade. Por isso, o direito de resistência decorre da violação do consentimento e provoca a dissolução do poder político.

No entanto, é interessante observar que Locke diferencia entre dissolução do estado civil e dissolução do governo. No primeiro caso é mais raro e difícil, mas pode acontecer. Nele a sociedade política quase sempre é dissolvida em casos de conquista, por força estranha que invade a comunidade formada e impõe suas normas, transgredindo o contrato ali firmado.

Isto porque um corpo político, como é o estado civil, somente se decompõe quando outros o invadem. Sabe-se ainda que, quando se dissolve o estado civil, o governo que ali reside consequentemente se destrói. Lê-se no capítulo XIX do *Segundo Tratado*:

> A maneira usual e quase única de dissolver-se essa união consiste na invasão de força estranha, que venha conquistar; porque neste caso, não sendo capaz de manter-se e sustentar-se como corpo inteiro e independente, a união que lhe cabia e o formava tem necessariamente de cessar, e assim cada um volta ao estado em que se encontrava antes, com a liberdade de agir por conta própria e prover à própria liberdade, conforme achar conveniente, em qualquer outra sociedade. Sempre que se dissolve a sociedade, é certo que o governo dessa sociedade não pode continuar (LOCKE, 1978, p. 118).

No segundo caso, que é a dissolução do governo, pode acontecer com maior frequência. Necessariamente, quando um governo é dissolvido não acaba a sociedade política, porque o contrato realizado para formar o estado civil não foi transgredido, mas o pacto que estabelecia o governo. Como já foi explanado, o governo é dissolvido em caso de agir contrariamente à finalidade para a qual foi designado, como no caso da usurpação e da tirania. Entretanto, o poder continua na sociedade e não nos indivíduos, como no estado de natureza..

Mas Locke (1978) detalha a dissolução do governo de quatro formas: quando se altera o poder legislativo sem que o povo tenha consentido, elaborando leis sem autorização; quando o executivo impediu o legislativo de agir livremente para atingir seu objetivo ou de se reunir; quando o executivo modifica as eleições ou os eleitores para o legislativo contrariando o interesse do povo; e por último, quando o povo é entregue a sujeição de outro poder estranho pelo executivo ou legislativo. Todas essas formas de dissolução do governo, conforme apresentadas por Locke, consistem no agir contrário do legislativo ou do executivo diante do consentimento recebido do povo.

Desta forma, o direito de resistência estabelece-se quando o poder político age contrariando o encargo recebido, colocando-se em estado de guerra contra as pessoas porque transgrediu o consentimento, resultando na dissolução do estado civil, no caso da conquista, ou apenas na dissolução do Estado, em caso provocado pela tirania ou usurpação.

Por fim, se conclui afirmando que a organização do estado civil acontece por meio de uma estrutura política, na constituição dos poderes, e no direito de resistência para o povo em caso transgressão por parte do Estado do contrato social.

5 CONCLUSÃO

A problemática questionadora da investigação dos fundamentos do estado civil a partir do *Segundo Tratado sobre o Governo* de John Locke sugeriu uma atenta observação dos argumentos presentes nesta obra, com análise dos conceitos principais em vista de alcançar uma resposta. Ela consistia em compreender a sociedade política que estabelece a soberania do poder político para o povo e um Estado a serviços dos direitos naturais, sendo a propriedade o principal dentre eles. Sabendo que declarar a soberania significa dizer a quem se destina o poder supremo na sociedade. Assim, se o poder supremo é do povo e se o Estado trabalha para defender e garantir a propriedade, então, pergunta-se: como se constitui tal sociedade política? Em que se fundamenta? A partir de que se origina?

Tentando responder a tais questões, percorreu-se o seguinte itinerário teórico: no primeiro capítulo, se definiu o estado de natureza, consistindo em um estágio pré-político no qual os homens vivem em liberdade e igualdade, agindo segundo uma lei. A lei natural foi concedida por Deus e pode ser conhecida por todos que fazem o uso da razão reta. O poder de sua execução é próprio de cada pessoa, que prevê punir e castigar quem agir fora dela. Neste mesmo estado de natureza existem direitos naturais ao homem, como a vida, a liberdade e os bens, sendo que estes últimos se alcançam por meio da apropriação, o que gera a propriedade privada. Com isso, a lei natural e, consequentemente, os direitos naturais e a liberdade não podem ser violados pela sociedade, mas garantidos, pois são anteriores à sua existência. Sendo assim, é a partir deste estado de natureza que se origina a sociedade política.

No segundo capítulo, compreendeu-se o contrato social como meio para evitar o estado de guerra. O estado de guerra acontecia quando os homens não agiam de acordo com a lei natural, transgredindo os direitos naturais e a liberdade. Daí que para não cair neste estado os homens decidem se unir e formar uma sociedade, que terá como finalidade garantir a preservação dos direitos naturais e da liberdade. A saída do estado de natureza e a união na comunidade acontecem por meio do consentimento, decidindo pelo prevalecimento da opinião da maioria e na instituição do poder político. Neste sentido, a sociedade nasce da confiança na força da maioria e no poder político para proteger os direitos naturais.

Depois se explicou, no terceiro capítulo, como se organiza a sociedade política, sendo estruturada com uma forma de governo, exceto o absolutismo, e dotada de soberania popular, pela qual o poder supremo pertence às pessoas. O poder político, por sua vez, conforme foi instituído, divide-se em: legislativo, com a função de fazer as leis e é superior aos demais poderes; executivo, com o encargo de executar as leis elaboradas; e o federativo, com o fim

de manter relações com as nações estrangeiras. Caso tais poderes forem usados arbitrariamente, não condizente com seu objetivo, persiste no povo o direito de resistência e rebelião. Tudo isso constitui a organização política que visa atingir a finalidade para a qual se formou a sociedade.

Conforme se verificou no desenvolvimento deste trabalho, chega-se à conclusão de que a sociedade política pode ser compreendida como uma comunidade formada para o aperfeiçoamento do estado de natureza, no qual se institui o Estado para fazer valer as forças que muitas vezes se tornavam frágeis diante dos limites do estado natural. Pois como demonstrado, a motivação para sair do estado de natureza e entrar no estado civil era a insegurança que se tinha ante a possibilidade do não uso da reta razão, ou seja, da lei natural por parte de algumas pessoas, chegando à transgressão dos direitos naturais. Como o poder natural, para executar a lei da natureza, permanecia nas mãos de todos, permitindo a cada um usar como quisesse, tornava-se frágil sua execução. Por isso, os homens se unem e formam uma comunidade, mediante a qual transferiram os poderes naturais de todos para um Estado, que os substituirá na execução da lei, devido ao fato de possuir mais força para isto.

Contudo, aquilo que haverá na sociedade política antes já existia no estado de natureza. O poder supremo pertence ao povo, assegurando-lhe dar e retirar o poder a quem quiser, porque este já o possuía, só que individualmente no estado natural. O Estado se organiza para estar a serviço dos direitos fundamentais do homem, centralmente da propriedade privada, porque ele assume a tarefa que antes cabia a cada um de preservar os direitos naturais, em especial, a propriedade privada.

Ao sugerir essa compreensão de sociedade política, Locke funda os princípios da democracia e da corrente política chamada liberalismo. A democracia se baseia na participação política por meio das decisões tomadas pela maioria, na divisão dos poderes constituídos e no direito de resistência. No pensamento lockeano, ao firmar o contrato social por meio do consentimento, a comunidade passa a agir por meio da decisão da maioria; ao tempo que também institui o poder legislativo - para fazer as leis - o executivo - para executá-las - e o federativo - para manter as relações com outras sociedades. No entanto, a uma ação contrária perpetrada por tais poderes constituídos, tem-se, como forma de reação, o direito de resistência. Conclui-se, portanto, advogando a importância do pensamento de Locke para a constituição do liberalismo político, na medida em que se encontra no seu pensamento, de forma elaborada e fundamentada, a limitação do poder político e a defesa dos direitos naturais, destacando a propriedade privada. Desta forma, política lockeana é contra o

absolutismo, ao estabelecer a divisão dos poderes constituídos, e ao instituir uma forma de governo para agir em defesa dos direitos naturais.

Portanto, à pergunta sobre como compreender a sociedade política, com a soberania popular e o Estado com o objetivo de proteger os direitos naturais, pode-se responder a partir do aperfeiçoamento do estado natural, que se encontra limitado. Com a mesma resposta, percebe-se, na obra de Locke, a origem dos princípios basilares da democracia e do liberalismo político.

REFERÊNCIAS

ASHCRAFT, Richard. A filosofia política. In. CHAPPELL, Vere (Org.). **Locke**. Tradução por Guilherme Rodrigues Neto. Aparecida: Idéias e Letras, 2011. (Companions & Companions). p. 277-305.

BOBBIO, Norberto, BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Locke e o direito natural**. Tradução por Sérgio Bath Janete Melasso Garcia. 2. ed. Brasília: UnB, 1998.

_____, Noberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. (Pensamento Crítico, v. 69)

DUNN, John. **Locke**. Tradução por Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2003 (Mestres do Pensar).

JORGE FILHO, Edgar José. **Moral e história em John Locke**. São Paulo: Loyola, 1992 (Coleção Filosofia, v. 20).

KUNTZ, Rolf. **Locke, liberdade, igualdade e propriedade**. 13 dez. 2013. Disponível em: < http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/kuntzlocke.pdf/view?searchterm= locke>. Acesso em: 19 mar. 2015.

LASLETT, Perter. Introdução. In: LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. Tradução Julio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 1-183.

LOCKE, John. O segundo tratado sobre o governo. In._____ **Carta acerca da tolerância; O segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano.** Tradução por Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores). p. 31-131.

MACPHERSON, C. B. **Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke**. Tradução por Nelson Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Pensamento crítico, v. 22).

MILTON, J.R. A vida e a época de Locke.. In. CHAPPELL, Vere (Org.). **Locke**. Tradução por Guilherme Rodrigues Neto. Aparecida: Idéias e Letras, 2011. (Companions & Companions). p. 15-40.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In. WEFFORT. Francisco C. **Os Clássicos da Política I:** Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalismo". 13. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 79-89

MESQUITA, José Washington Barros. **A origem do poder político em Thomas Hobbes, na segunda parte do Leviatã**. 2013. 47f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação). Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí, Teresina, 2013.

MULLER, Luiza de Sousa. **John Locke: ensaios sobre a lei de natureza: tradução e comentários.** 2005. 184f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005. Disponível em: < http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser /mono_diss/038.pdf >. Acesso em: 5 jul. de 2015.

NODARI, Paulo César. **A emergência do individualismo moderno no pensamento de John Locke**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1991. (Coleção de Filosofia, v. 95).

SOUSA, Rodrigo Ribeiro. **A liberdade no "Segundo tratado sobre o governo" de John Locke**. 2011 134f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – DFFFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: http://filosofia.fflch.usp.br/sites/filosofia.fflch.usp.br /files/posgraduacao/defesas/2011_mes/2011_mes_rodrigo_sousa.pdf. Acesso em: 21 jun. 2015.

TADIÉ, Alexis. **Locke**. Tradução por José Oscar da Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. (Figuras do Saber, v. 10).

YOLTON, Jonh W. **Dicionário de Locke**. Tradução por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996.